

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**O efeito do ensino de relações de equivalência sobre o comportamento de culpabilizar  
vítimas de estupro**

**JÚLIA CASTRO DE CARVALHO FREITAS**

São Carlos/2019

JÚLIA CASTRO DE CARVALHO FREITAS

**O efeito do ensino de relações de equivalência sobre o comportamento de culpabilizar  
vítimas de estupro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Julio César Coelho de Rose

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Dissertação também financiada com Bolsa de Mestrado pela CAPES e atribuída pelo PPGPsi à Júlia Castro de Carvalho Freitas (CAPES DS, Processo 88882.182599/2018-01 e CAPES

PROEX, Processo 1691687)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
COMISSÃO JULGADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
Júlia Castro de Carvalho Freitas  
São Carlos, 18/03/2019

Prof. Dr. Julio Cesar Coelho de Rose (Orientador e Presidente)  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carolina Laurenti  
Universidade Estadual de Maringá/UEM

Prof. Dr. Nassim Chamel Elias  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação à distância da **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carolina Laurenti** e, depois das arguições e deliberações realizadas, a participante à distância está de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa da aluna Júlia Castro de Carvalho Freitas.

Prof. Dr. Julio Cesar Coelho de Rose (Orientador e Presidente)  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública  
realizada às 16h00 no dia 18/03/2019.

Comissão Julgadora:  
Prof. Dr. Júlio Cesar Coelho de Rose  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carolina Laurenti  
Prof. Dr. Nassim Chamel Elias

Homologada pela CPG-PPGpsi na  
\_\_\_\_\_ª Reunião no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Hollanda de Souza  
Coordenadora do PPGpsi

## AGRADECIMENTOS

Dedico esta dissertação as minhas ex-clientes de psicoterapia que fizeram crescer minha inquietação pela questão da violência sexual contra as mulheres, refletindo sobre a forma como nossa cultura lida com isso.

Agradeço:

A meus pais, pelo suporte financeiro, físico e emocional. A meu irmão de sangue e a minha irmã de coração, pelo amor que nos une, não importa a distância.

A L, por fazer tudo ficar mais leve. Obrigada por todos os dias que trabalhamos lado a lado e por todos os momentos que tiramos juntos a cabeça do trabalho.

Aos membros da antiga LABAC, pelo terreno fértil para a pesquisa que cultivamos e levou tantos de nós ao mestrado. Agradeço especialmente a Mauri, Line e Jão, por todo o apoio e amizade.

Ao Julio, meu orientador, por não apenas aceitar me orientar com este tema parcialmente fora do domínio, mas me encorajar a buscar e seguir o que eu realmente queria, mesmo com as dificuldades que encontramos pelo caminho. Obrigada por tudo que aprendi contigo e por ser tão amável ao ensinar. E obrigada por incentivar – e servir de exemplo - a mim e a todos para estudarem mais do que seus temas de pesquisa e fazerem pós-graduação um período de aprendizagem muito mais rico.

Ao João, meu coorientador informal, por abraçar esse trabalho comigo, em reuniões de horas a fio, desde o desenvolvimento das primeiras ideias até as últimas discussões. Obrigada por tudo que você me ensinou e por estar aberto a também aprender comigo.

Aos meus colegas do LECH, em especial à Táhcita, por me inspirar e encorajar a ir além, e à Josi, pelo acolhimento e pelo companheirismo da nossa amizade. Agradeço também aos professores e aos demais colegas do mestrado, principalmente à Mad, por todo o aprendizado.

A Amanda Morais, por todas as discussões sobre cultura do estupro e pela parceria na escrita do nosso artigo e capítulo de livro sobre este tema.

A todos que me ajudaram na divulgação desta pesquisa, em especial a Umbelino e Vivian. Agradeço também ao Lucas, por me ajudar na coleta de dados, de forma que permitiu que tivéssemos uma variável a mais para analisar.

À Marinéia, pelo grande suporte nas questões burocráticas.

À CAPES, por financiar esta pesquisa.

A todas as pessoas que não estão diretamente citadas aqui, mas que de alguma forma me deram apoio ou contribuíram para meu aprendizado nesses dois anos.

A todas, todos e tudo o que me aproximou do feminismo.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
ESTUDO 1.....	30
Método.....	30
Resultados.....	34
Discussão.....	39
ESTUDO 2 .....	42
Método.....	42
Resultados.....	54
DISCUSSÃO.....	65
CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXOS.....	83

Freitas, J. C. de C. (2019). *O efeito do ensino de relações de equivalência sobre o comportamento de culpabilizar vítimas de estupro*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 90 pp.

## RESUMO

É comumente difundida na nossa sociedade a ideia de que estupros são atos que ocorrem quando uma mulher é violentada sexualmente por um estranho que usa força física, enquanto a vítima resiste claramente. Esta visão estereotipada do estupro, implicando no uso deste rótulo, somente nestas situações, não abarca a diversidade de circunstâncias em que ele pode ocorrer. Sobretudo em casos deste tipo de violência que não constituem um estupro estereotípico, é comum que terceiros atribuam alguma responsabilidade à vítima pelo que lhe aconteceu. Atribuir responsabilidade à vítima pode trazer danos a esta, por meio de um processo denominado de revitimização. Sob a ótica do paradigma da equivalência de estímulos, podemos dizer que a mulher que sofreu o estupro e o conceito de responsável estão fazendo parte de uma mesma classe de equivalência. Uma série de pesquisas realizadas a partir da década de 1990 tiveram resultados insatisfatórios ao tentar reverter classes de equivalência com estímulos socialmente relevantes. No entanto, o experimento conduzido por Mizael et al. (2016) obteve resultados positivos na reversão de classes pré-experimentais de caráter racial. Foi proposto, no presente estudo, portanto, utilizar um método semelhante para o ensino de relações entre estímulos. O objetivo foi investigar o efeito do ensino de novas classes de estímulos equivalentes sobre o comportamento de culpabilizar vítimas de estupro. Os participantes responderam a três instrumentos nas fases de pré e pós-teste: uma Escala de atribuição de responsabilidade, uma Escala de Mitos sobre Estupro e o IRAP. Esses instrumentos têm o objetivo de identificar vieses com relação às circunstâncias e pessoas envolvidas em estupros. Foi verificado que o treino produziu formação de novas classe de equivalência, modificando as classes pré-experimentais para maioria dos participantes e que esta mudança teve efeito em respostas aos instrumentos de autorrelato, porém não no IRAP. Diferenças dos dois tipos de medida podem explicados por controle contextual.

Palavras-chave: estupro; mitos sobre estupro; atribuição de responsabilidade; equivalência de estímulos, transferência de função.

Freitas, J. C. de C. (2019). *The effect of teaching equivalence relations on attributions of blame to rape victims*. Master's thesis. Graduate Program in Psychology, Federal University of São Carlos, São Carlos, SP. 90 pp.

### ABSTRACT

In our society, rape is usually seen as an act that a strange man uses physical force to sexually assault a woman who clearly resists to his moves. This conventional view implies that people only label as “rape” a situation that matches this description, although it doesn't cover the diversity of circumstances and behaviors found among rapes. Especially when a rape situation doesn't fit into the stereotype, the rape victim is commonly blamed for this act. From the stimulus equivalence paradigm viewpoint, it can be said that the rape victim and the concept of responsible are part of the same equivalence class. Many studies have been done since the 1990's aiming to reverse socially relevant equivalence classes and had unsatisfactory results. However, an experiment conducted by Mizael et al. (2016) reached positive results on the racial biased pre-experimental classes reversion. The present study used a similar method and had the goal of investigating the effect of teaching new stimulus classes on the rape victim blame behavior. The participants responded to three instruments in pre and post-test phases: an attribution of responsibility scale, a rape myth acceptance scale, and the IRAP. These instruments aimed to identify biases related to people and circumstances involved in rapes. The results showed that the training produced the formation of the new equivalence classes in the majority of participants, which means a modification in the pre-experimental classes. This change affected self-report instruments, but not on IRAP. Differences between the results of the two kinds of measure can be explained by contextual control.

Keywords: rape, rape myths, attribution of responsibility; stimulus equivalence; transfer of function.

A cultura em que um dado ser humano está inserido funciona como um conjunto de contingências de reforçamento que exerce influência sobre o seu comportamento (de Rose, 2016; Skinner, 1953; Skinner, 1974). De Rose (2016, p. 209) aponta que “os elementos mais significativos de uma cultura são permeados de símbolos”. Símbolos, por sua vez, podem ser entendidos como estímulos aos quais foi atribuído algum significado que não seja inerente a suas propriedades físicas. Uma forma de compreender como ocorre esse processo de atribuição de significados é por meio do paradigma da equivalência de estímulos (Sidman & Tailby, 1982; Sidman, Wilson-Morris & Kirk, 1986).

De acordo com este paradigma, por meio do treino de pelo menos duas discriminações condicionais (isto é, uma contingência em que o responder a um estímulo fica sob controle da presença de outro estímulo), as quais tenham pelo menos um elemento em comum, frequentemente aprendemos relações adicionais, não treinadas diretamente (Sidman & Tailby, 1982). Portanto, se treinarmos uma pessoa para, na presença de um estímulo A1 e de estímulos B1 e B2, escolher o estímulo B1, este indivíduo também aprende, prescindindo de treino para tanto, a escolher A1, diante do estímulo B1. A esta relação dá-se o nome de simetria. Se também treinarmos essa pessoa para na presença desse estímulo B1, de C1 e de C2, escolher um estímulo C1, este indivíduo tipicamente passa a, na presença de A1, escolher o estímulo C1, bem como a escolher A1 na presença de C1, sem que nenhum treino seja necessário. Falamos, então, que a relação entre A e C emergiu, e damos a este processo o nome de transitividade, no caso da relação AC, e simetria da transitividade, no caso da relação CA. Para enquadrar na definição primordial de equivalência de estímulos, seria necessário verificar ainda a relação de reflexividade, isto é, se, diante de A, a pessoa

escolhe o próprio A, e se diante de B, escolhe o próprio B. Podemos então afirmar que A1, B1 e C1 fazem agora parte da mesma classe de estímulos equivalentes.

Em uma classe de estímulos equivalentes, se um dos estímulos apresentar uma determinada função (por exemplo, reforçadora) e os demais não, é possível que esta função seja transferida para os outros. Denomina-se este processo de transferência de função e por meio dele pode-se compreender quando um indivíduo responde a um símbolo como se fosse o próprio referente (de Rose & Bortoloti, 2007). Posteriormente, estudos demonstraram que seres humanos derivam relações não apenas de maneira a formar classes de equivalência, como também derivam relações de oposição, diferença, comparação, dentre outras (Hayes, Barnes-Holmes & Roche, 2001).

As relações simbólicas que aprendemos permeiam a forma como compreendemos os gêneros feminino e masculino. Em uma pesquisa desenvolvida por Roche e Barnes (1996), foi feito um teste de categorização sexual, no qual, diante da palavra-estímulo “vagina”, e de uma dica contextual de similaridade, oposição ou diferença, os participantes poderiam escolher os estímulos “dominar”, “submeter-se” ou “esquecer”. O mesmo foi feito com a palavra “pênis”. Constatou-se que nove dos dez participantes relacionavam, em um contexto de igualdade (equivalência), a palavra “pênis” e a palavra “dominar”, bem como a palavra “vagina” com a palavra “submeter-se”, sem qualquer treino durante a pesquisa. Já em um contexto de oposição, os participantes relacionaram as palavras “vagina” e “dominar” e as palavras “pênis” e “submeter-se”, igualmente sem treino. É provável que estas sejam relações verbais indiretamente aprendidas, que emergiram a partir de outras relações arbitrárias ensinadas no meio cultural dos participantes e que podem compor, para alguns, uma rede relacional que também coloca homens em um lugar de poder, no qual os desejos sexuais

destes prevaleceriam sobre o querer das mulheres (Barnes & Roche, 1997). Psicólogos e outros pesquisadores (e.g., Ryan, 1988; Sasson & Paul, 2014), por meio de estudos sobre percepção social acerca do estupro e de pessoas envolvidas nestes, têm apontado algumas relações comumente presentes em nossa cultura, porém com uma abordagem diferente daquela do paradigma da equivalência de estímulos.

Em um estudo (Ryan, 1988) em que se pediu que os participantes descrevessem um estupro, os resultados demonstraram que as pessoas tendem a descrever esse ato como uma situação em que (a) o agressor é um homem desconhecido da vítima; (b) que é agressivo durante o ato e (c) no qual há resistência da mulher. Além disso, grande parte dos participantes caracterizou o estuprador como tendo problemas mentais e/ou sociais. A autora aponta que isso mostra que o *script* que as pessoas possuem sobre estupro é estereotipado e acaba por não abarcar a diversidade de fatores que podem estar presentes nesse ato.

Dados do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada [IPEA] (2014a) mostram que 39,5% dos agressores em casos de estupro notificados contra pessoas adultas no Brasil não são desconhecidos. Destes, 16,9% tem ou teve uma relação de casal com vítima (por exemplo, cônjuge, ex-namorado). O percentual de agressores que não são desconhecidos aumenta para vítimas adolescentes, sendo de 62,2%. Nesses casos, 8,4% dos agressores são padrastos e 8,2% são namorados da vítima. É importante destacar que esses números são referentes aos casos que chegaram a conhecimento dos órgãos públicos. Esses casos parecem ser uma pequena porcentagem do número total, tendo sido verificado que nos Estados Unidos é de 36% (U.S. Department of Justice, 2013, citado por Datafolha, 2016) e havendo uma estimativa de que no Brasil seja de 10% (IPEA, 2014a). Se fosse possível contabilizar também os casos que não foram reportados às autoridades, é possível supor que a análise estatística sobre a relação entre vítima e agressor mudasse, de forma a aumentar a

porcentagem dos casos em que o estuprador é alguém próximo da vítima. Isto porque, como foi constatado em algumas pesquisas (e.g., Kahn, Jackson, Kully, Badger & Halvorsen 2003; Layman, Gidycz & Lynn, 1996), a vítima pode nem reconhecer que sofreu um estupro e assim não fazer a denúncia; ou reconhecer, mas ter medo de sofrer consequências como culpabilização, o que parece ser mais comum nesses casos (Grubb & Harrower 2008; Whatley, 1996).

Sobretudo em casos de estupro que não constituem um estupro estereotípico, é comum que terceiros atribuam alguma responsabilidade à vítima pelo que lhe aconteceu. A ideia por trás disso é que, se ela não tivesse agido de determinada maneira, o crime poderia ter sido evitado. Segundo pesquisa de percepção social realizada no Brasil com 3.810 pessoas (Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada [IPEA], 2014b), 58,5% dos entrevistados concorda ao menos parcialmente que se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros. Uma porcentagem menor, mas ainda muito relevante, 26%, concorda que mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas. Outra pesquisa (Datafolha, 2016) apontou para a mesma tendência e identificou ainda uma diferença de percepção de acordo com gênero do participante. Foi encontrado que 42% dos homens e 32% das mulheres concordaram com a frase: “Mulheres que se dão ao respeito não são estupradas”. Constatou-se, assim, que uma parcela da população brasileira atribui alguma responsabilidade às mulheres que são vítimas de estupro, ao afirmar que elas poderiam evitar esse crime se mudassem a forma como se comportam. Constatou-se ainda que essa parcela é maior entre os homens do que entre as mulheres.

Uma série de estudos descritos a seguir investigou quais seriam as principais características ou condutas da vítima que levam terceiros a responsabilizá-las. Uma meta-

análise (Whatley, 1996) de 45<sup>1</sup> estudos com essa temática, identificou que mulheres que (a) estavam usando roupas que mostram mais seus corpos, (b) apresentavam comportamento “moralmente menos respeitável” (como ingerir bebidas alcoólicas ou trabalhar em boates) e (c) conheciam o seu agressor tendiam a ser mais culpabilizadas pelo estupro que sofreram. O método comumente utilizado nesses estudos foi de apresentar, para os participantes, vinhetas (isto é, pequenas histórias fictícias) que narravam situações de estupro e pedir que estes dissessem a quem deveria ser atribuída a responsabilidade por aquela situação. Para verificar se havia diferença na culpabilização de acordo com as variáveis escolhidas, eram apresentadas vinhetas muito similares, que variavam apenas em uma característica, por exemplo, se a vítima usava roupas que mostravam ou que cobriam mais o seu corpo. Esta meta-análise ainda encontrou que não haviam diferenças significativas nas variáveis “beleza da vítima” e “forma de apresentação da vinheta”, ou seja, se esta continha uma entrevista com vítima relatando o caso ou se uma descrição geral da situação por um narrador-observador.

Uma revisão de literatura mais recente (Grubb & Harrower, 2008) corroborou uma tendência de menor responsabilização da vítima quando o agressor era um desconhecido. Este estudo ainda apontou que participantes do gênero masculino tinham maior probabilidade de atribuir essa responsabilidade, quando comparados a participantes mulheres.

Johnson e Lee (2000) também encontraram diferenças entre homens e mulheres, mas no que tange ao uso do rótulo “estupro” para se referir ao ato, sendo que as mulheres

<sup>1</sup> Em geral, os estudos não cobriam todas as variáveis analisadas. Sendo assim, a meta análise incluiu um máximo de 17 estudos para cada variável analisada.

concordaram significativamente mais com usar esse nome do que os homens. Além disso, este estudo versou sobre uma nova variável que poderia influenciar a percepção dos participantes: o comportamento tido como “sexualmente provocativo” por parte da vítima. Esse estudo analisou a opinião dos participantes em situações chamadas de “*date rape*”, isto é, quando a vítima e seu agressor estavam em um encontro enquanto um casal. Em uma vinheta, a moça havia desabotoado a camisa do rapaz, acariciado o peito dele e o convidado para ir ao quarto dela (comportamento tido como “sexualmente provocativo”); na outra, ela não apresentava esses comportamentos, mas em ambas ele acaba indo com ela para o quarto, onde eles se beijaram e ela disse que não queria ter relações sexuais naquela noite. Em seguida, ele a penetra contra sua vontade. Os resultados apontaram que os participantes que foram expostos a vinheta que continha comportamento “provocativo” da vítima afirmaram significativamente mais que o comportamento do rapaz em direção à moça foi justificável. Isto parece ser outra forma de dizer que o comportamento dela justifica o estupro e, logo, que ela tem responsabilidade sobre a ocorrência deste. No entanto, de maneira contrária a meta-análise de Whatley (1996), esse estudo não encontrou diferenças significativas para a variável roupas da vítima sobre a percepção dos participantes.

Outro ponto interessante que foi analisado em alguns estudos é a correlação entre o uso do rótulo “estupro” e uma série de fatores. Algumas pesquisas (Kahn & Mathie, 1994; Kahn et al., 2003; Layman et al., 1996) se debruçaram especificamente em investigar, com mulheres vítimas de violência sexual, as diferenças entre aquelas que nomeavam ou não o que sofreram como “estupro” (em inglês, chamadas de *acknowledged* e *unacknowledged victims*, respectivamente). Um método usado para identificar esses dois grupos (Kahn et al., 2003) foi apresentar a estudantes universitárias uma lista que descrevia situações de caráter

sexual que elas poderiam ter vivido (sendo que algumas delas caracterizavam estupro, mas não usavam essa palavra, como “você expressou verbalmente que você não queria” e “ele usou força física”) e outra lista com questões de caráter criminológico (incluindo se elas tinham sido estupradas). Uma participante era identificada como *unacknowledged victim* se ela respondesse que tinha passado por uma situação sexual que configura estupro, mas afirmasse que não tinha sido estuprada. Os resultados apontaram que mulheres que foram violentadas por (a) um desconhecido ou alguém pouco conhecido, (b) que tenha usado de força física, (c) enquanto ela dormia e/ou (d) que ela tenha apresentado resistência (verbal e/ou física) identificaram mais comumente que sofreram estupro, quando comparadas a mulheres que tinham sofrido violência sem essas características. Além disso, mulheres que tinham feito grande consumo de álcool ou outras drogas logo antes da agressão e/ou que o agressor tenha sido o namorado delas nomearam o que viveram como estupro em menor frequência.

Recentemente, Sasson e Paul (2014) usaram um método similar ao dos estudos sobre culpabilização da vítima citados acima para verificar se as características presentes no estupro teriam influência no rótulo atribuído pelos participantes. As autoras escreveram uma vinheta base que narrava uma história de estupro acontecida em um estacionamento, e formularam diversas versões que diferiam apenas em pequenas modificações de acordo com as variáveis encontradas em estudos anteriores (especificamente: uso de força por parte do agressor, resistência verbal ou física da vítima, agressor conhecido ou desconhecido). Então cada um dos 379 participantes foi exposto a uma das versões desta vinheta e solicitado a responder a uma escala de atribuição de responsabilidade sobre as personagens e dar um nome para a situação da vinheta. Além disso, eles responderam a uma escala sobre aceitação

de mitos sobre estupro (em inglês, *Acceptance of Modern Myths about Sexual Aggression – AMMSA*).

Os resultados apontaram haver uma correlação positiva entre atribuir total responsabilidade ao agressor e rotular a situação como estupro. Já os participantes que não rotularam a situação como estupro tendiam a apresentar um alto escore do AMMSA, ou seja, concordavam com frases como “Mulheres gostam de ‘se fazer de difícil’; isso não significa que elas não querem sexo”. No entanto, ao contrário do que se imaginaria, não foram encontradas correlações entre o tipo de vinheta que os participantes leram e se eles nomearam ou não a situação como estupro. As autoras coletaram dados qualitativos sobre a escolha dos participantes e afirmam que, embora estatisticamente não haja uma correlação, haveria uma tendência para entender que muitos justificam o rótulo a partir de características da vinheta. Nesse sentido, dados qualitativos podem ser importantes para o melhor entendimento dos resultados nesse tipo de estudo. É possível, porém, levantar outra hipótese para esse resultado: a de que o local em que aconteceu o estupro e a ameaça de morte (comum a todas as versões da vinheta) tenham tido um peso maior do que as outras características analisadas. De fato, Whatley (1996) já havia apontado para a complexidade na comparação entre diferentes estudos devido à grande variedade de circunstâncias entre as vinhetas, dentre elas, o local do ato. Nesse sentido, é possível pensar que o texto base da vinheta serviu, por si só, para a separação de dois grupos de participantes: aqueles que nomeiam como estupro, atribuem total responsabilidade ao homem e apresentam um escore menor na escala de mitos e aqueles que se comportam de maneira oposta. Nesse sentido, parece importante usar vinhetas mais sutis, em que o texto base não contenha aspectos claramente agressivos, se o objetivo for identificar como os participantes reagem a outras variáveis.

Em uma busca feita na base de dados Portal de Periódicos da CAPES, com as palavras-chave “estupro”, “responsável”, “responsabilização da vítima”, “culpabilização da vítima” e “atribuição de responsabilidade”, encontrou-se que todos os estudos experimentais ou quase-experimentais disponíveis sobre culpabilização da vítima, incluindo os supracitados, foram publicados em inglês e são majoritariamente de origem estadunidense, havendo alguns de outras nacionalidades, como ingleses e indianos. É importante salientar, portanto, que há diferenças na forma como Brasil e Estados Unidos definem estupro, ao menos em termos de legais.

Nos Estados Unidos, o Federal Bureau of Investigation (FBI, 2013) define estupro como “penetração, não importa o quão superficial, da vagina ou ânus usando qualquer parte do corpo ou objeto, ou penetração oral por um órgão sexual de outra pessoa, sem o consentimento da vítima”<sup>2</sup>. Já no Brasil, o artigo 213 do Código Penal aponta que “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” constituiria estupro (Lei n. 12015, 2009). As duas principais diferenças entre as caracterizações são de que, no Brasil, a lei é mais abrangente no sentido de que é possível conceber estupro mesmo sem penetração, por outro lado, à primeira vista, o Código Penal pode parecer restringir os casos para quando há força física ou grave ameaça. No entanto, se fizermos um paralelo com a Lei nº 11340, apelidada de Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), para analisar o texto do Código, encontramos que violência é entendido como algo mais abrangente do que do que agressão física. Esta lei define que uma mulher pode sofrer violência de ordem psicológica, moral, patrimonial, física

<sup>2</sup> Tradução livre. Texto original: “Penetration, no matter how slight, of the vagina or anus with any body part or object, or oral penetration by a sex organ of another person, without the consent of the victim”

e sexual do seu parceiro (ou de qualquer outro homem com quem tenha na atualidade ou tenha tido no passado algum tipo de relação, mesmo que não de caráter afetivo-sexual). De fato, ao consultar versões do Código Penal comentado (Bitencourt, 2015; Nucci, 2017), encontra-se que há diferentes interpretações para o artigo 213.

De acordo com Nucci (2017) e Bitencourt (2015), para muitos juristas, o não-consentimento da vítima tem um papel mais central para a definição de estupro do que a presença de uso de força ou ameaça. Segundo o dicionário Michaelis (Weiszflog, 2015), “consentimento” significa “ato ou efeito de consentir; permissão, licença” e ainda “decisão favorável quanto a solicitação ou pedido; aprovação, anuência, aquiescência”. Aqueles juristas apontam que não é necessário haver grande resistência da vítima (Bitencourt, 2015; Nucci, 2017) e que esta pode consentir em um primeiro momento e depois dissentir; neste caso, a persistência do agressor em praticar o ato após o dissenso caracterizaria estupro (Nucci, 2017). Nucci (2017) salienta que a violência não precisa ser forte ao ponto de deixar marcas físicas na vítima, que o agressor pode forçar a vítima “moralmente”, e que o depoimento desta de que houve estupro pode ser suficiente para a condenação do agressor. Dois outros pontos a serem destacados é que nem o comportamento moral da vítima, nem a relação prévia entre esta e o agressor impedem que um ato seja considerado estupro. Dessa forma, sexo não-consensual com uma prostituta ou dentro de um casamento são abarcados pela lei (Bitencourt, 2015; Nucci, 2017). Por fim, para os casos em que a vítima não tem capacidade de consentir, seja por apresentar alguma condição física ou mental que a impeça disso, seja por estar sob forte efeito de álcool ou outras drogas, aplica-se o artigo 217 do Código Penal (Lei n. 12015, 2009), que trata do estupro de vulnerável (Bitencourt, 2015;

Nucci, 2017). Portanto, na pesquisa relatada nesta dissertação, considerei que qualquer relação sexual sem consentimento de alguma das partes é estupro.

Uma expressão mais ampla, frequentemente utilizada na literatura, é “violência sexual” (World Health Organization [WHO], 2002). Esta é comumente compreendida como qualquer forma de contato físico com conotação sexual que seja sem consentimento, como estupro, “passar a mão” em diferentes partes do corpo de outrem e beijo forçado. Muitas vezes, a definição abarca também obrigar a mulher a expor o corpo, a abortar, a não usar contraceptivos ou qualquer limitação dos seus direitos sexuais e reprodutivos (Brasil, 2006; WHO, 2002). Pode ser entendida ainda como violência sexual uma violência de caráter verbal que apresenta conotações sexuais, o que é comumente chamado de assédio sexual e inclui comentários sobre o corpo ou comportamento sexual da mulher e insinuações de “troca de favores” (WHO, 2002).

Estuprar, assim como cometer outras formas de violência sexual, é aqui entendido como um comportamento culturalmente determinado, circunscrito no que o movimento feminista denominou de cultura do estupro (Buchwald, Fletcher & Roth, 1993/2005). Para estas autoras, falar da existência de uma cultura do estupro é entender que a incidência de violência sexual não pode ser explicada por fatores individuais, aspectos biológicos, causas internas - ou, enquanto analista do comportamento, incluo aqui particularidades da história de vida do agressor –, mas sim a partir da forma como a sociedade como um todo lida com a sexualidade e a violência. Esta cultura “pode ser caracterizada, em termos comportamentais, por um conjunto de contingências que são encorajadoras e/ou permissivas com práticas sexuais violentas e por um conjunto de classes de comportamentos sexualmente abusivos, dos mais sutis ao estupro, que ocorrem no contexto patriarcal” (Freitas & Morais, 2019).

Como será exposto a seguir, patriarcado se refere ao sistema social de dominação dos homens sobre as mulheres (Saffioti, 2004).

Freitas e Morais (2019) fazem uma análise de práticas culturais comumente presentes em sociedades patriarcais contemporâneas para apontar como essas práticas explicam a emergência e manutenção de comportamentos sexualmente abusivos. As autoras destacam que reforçar, não consequenciar socialmente ou punir uma resposta similar a depender do sexo biológico da criança comumente produz repertórios não apenas distintos entre meninos e meninas, mas desiguais, em termos de acesso a reforçadores. Esta constatação havia sido apontada anteriormente por Ruiz (2003). Freitas e Morais ainda se embasam no paradigma da equivalência de estímulos para analisar como papéis de gênero são aprendidos por meio de relações simbólicas. Desta forma, na medida que crescem, homens frequentemente ocupam mais posições de poder do que mulheres e se comportam de forma dominadora sobre estas. Este repertório dominador inclui, mas não se restringe a, comportamentos sexuais.

Buchwald e colaboradoras (1993/2005) afirmam que na cultura do estupro a violência é tida como sensual e o sexo como violento. A mídia tem um papel importante na criação desta imagem e parece servir de modelo para comportamentos sexualmente abusivos (Freitas & Morais, 2019). Estas autoras trazem dados de pesquisas anteriores que identificaram haver hipersexualização e objetificação de mulheres na televisão (Papadopoulos, 2010) e alta incidência de violência em vídeos pornográficos (Bridges, Wosnitzer, Scharrer, Sun & Liberman, 2010), ao passo que há uma correlação positiva entre maior consumo de pornografia e autorrelato de comportamentos sexualmente abusivos por parte de homens (e.g., Stanley et al., 2016).

Outra questão analisada por Freitas e Morais (2019) é o comportamento verbal dos membros dessa cultura a respeito de estupros. Esta análise engloba questões abordadas

anteriormente nesta dissertação, como o comportamento de nomear ou não um determinado ato como estupro e de atribuir às mulheres a responsabilidade de evitar crimes, que podem ocorrer de forma explícita, sutil ou mesmo encoberta. As autoras se baseiam em dados trazidos por diversas pesquisas para concordar com Gerger et al. (2007) ao afirmar que tais comportamentos muitas vezes têm funções distintas para homens e mulheres. Por exemplo, homens podem culpabilizar vítimas para se eximir da responsabilidade de uma violência que pratiquem, evitando punição, enquanto mulheres culpabilizariam para sustentar a ideia de que, se não se comportarem como a vítima, a violência não acontecerá com elas. Este comportamento verbal nas mulheres é mantido por reforço social positivo, enquanto os comportamentos “recatados” são mantidos em esquema de reforçamento negativo, por evitarem repreensões sociais, embora sejam também supersticiosos, uma vez que não são eficazes para evitação de estupro (Freitas & Morais, 2019).

Por fim, Freitas e Morais (2019) apontam que mulheres vítimas de violência sexual recebem pouco ou nenhum suporte durante e após este ato e analisam variáveis que explicariam tal comportamento por parte da sociedade e dos órgãos públicos. Uma variável é terem aprendido a nomear inadequadamente comportamentos sexualmente abusivos de caráter verbal, chamados de “cantadas”, e assim não reconhecer que se trata de uma violência. Outra é o risco que os defensores da vítima têm de sofrer assédio de segunda ordem, isto é, violência física ou psicológica por parte do abusador como forma de represália ao apoio dado (Vidu, Valls, Puigvert, Melgar & Joanpere, 2017). Além disso, a baixa porcentagem de condenações em relação aos estupros denunciados (Vargas, 2007) e a revitimização sofrida pelas vítimas nos órgãos públicos (Datafolha, 2016), que são submetidas a um processo de questionamento e investigação sobre a veracidade da sua história (Diniz, Dios, Mastrella & Madeiro, 2014) parecem ser parte da explicação para as baixas taxas de denúncia por parte

das vítimas. Em última instância, esses fatores, assim como os citados nos parágrafos anteriores, contribuem para a manutenção dos comportamentos abusivos dos agressores.

Outras autoras estudaram a presença de comportamentos da cultura do estupro em ambientes específicos, como, por exemplo, as universidades (e.g., Almeida, 2017; Bandeira, 2017). Além dos contextos onde mais comumente ocorre violência sexual em todas as esferas da sociedade (e.g., dentro de uma relação conjugal), que também se fazem presentes nas universidades, há também a presença deste tipo de violência em contextos específicos desse meio, com destaque para as festas universitárias e trotes (Almeida, 2017). Bandeira (2017) cita que, em trotes, calouras são obrigadas a beijar veteranos, mostrarem partes de seus corpos e simularem sexo oral com objetos. Práticas como estas colocam as universitárias em posição de submissão, e assim, são um exercício do poder patriarcal (Almeida, 2017).

Uma pesquisa do Instituto Avon em parceria com o Data Popular (2015) com 1.823 universitários de todo o país apontou para a prevalência de diversas formas de violência de gênero nestes ambientes. Destaca-se que 23% das mulheres participantes afirmaram ter sofrido violência sexual de caráter físico (e.g., beijo forçado, ser tocada sem consentimento, estupro) no contexto acadêmico, enquanto 13% dos homens admitiram ter cometido este tipo de violência. As porcentagens são ainda maiores quando se trata de assédio sexual (e.g. comentários com apelos sexuais indesejados): 56% das universitárias afirmaram ter sofrido e 26% dos universitários admitiram que cometeram.

Mesmo com a crescente publicização dos atos de violência nas universidades, pouco tem sido feito para mudar essa realidade (Almeida, 2017). Segundo esta autora, é comum haver conivência por parte das próprias instituições, que tomam medidas para evitar a ampla publicização dos casos de violência sexual, pois não querem manchar sua imagem. Já os estudantes concordam, em sua maioria, que as universidades deveriam incluir aulas sobre

violência contra a mulher em seu currículo e criar meios de punir quem comete este tipo de violência dentro da instituição (Data Popular/Instituto Avon, 2015).

Estupro pode causar traumas e ser preditor de problemas de saúde física e mental, tanto a curto, como a longo prazo para as mulheres vítimas (Heise, Pitanguy, Germain & Correa, 1997; Mullen, Walton, Romans-Clarkson & Herbison, 1988; WHO, 2002). Para as vítimas que sofreram violência sexual no contexto universitário, algumas vezes, há ainda implicações acadêmicas, como a desistência do curso (Bandeira, 2017). Além disso, culpabilizar a vítima deste tipo de violência é uma forma de fazer com que ela sofra revitimização, isto é, sofra com a reação das pessoas ao saberem sobre seu estupro, depois de já ter sofrido com o estupro em si (Datafolha, 2016). Nesse sentido, parece importante propor intervenções que visem tanto acabar com a violência sexual, como com a revitimização sofrida pelas vítimas. É importante notar que esses dois fenômenos estão inseridos em uma mesma cultura e parecem emergir a partir de redes de relações simbólicas muito similares.

Diante disso, uma questão que se coloca é se seria possível modificar o comportamento de atribuir responsabilidade à vítima de estupro. Nos termos do paradigma da equivalência de estímulos, estou falando do comportamento de relacionar, em última instância, a figura da vítima de estupro e palavras como responsável e culpada. É necessário destacar que a rede relacional estabelecida culturalmente em relação a vítima é bastante complexa e é estimulação ambiental que participará do controle do comportamento de julgar a vítima. Esta rede arbitrária irá envolver diversos outros elementos como adjetivos, valores, conceitos sobre aparência ou mesmo comportamentos.

Observa-se que houve, nas últimas décadas, um aumento no número de pesquisas com os temas feminismo e violência sexual, o que inclui estupro (Matlin, 2012; Santos &

Izumino, 2014), bem como nas pesquisas com a temática de equivalência de estímulos (e. g. de Almeida & de Rose, 2015; de Rose & Bortoloti, 2007). No entanto, a busca no Portal de Periódicos da CAPES supracitada nesta dissertação apontou haver uma carência de estudos experimentais sobre estupro no Brasil. Além disso, não foram encontrados estudos desenvolvidos em qualquer país que relacionasse essas duas temáticas. Ademais, poucos experimentos tiveram sucesso em modificar relações entre estímulos socialmente relevantes, isto é, que possuíam um significado pré-experimental para os participantes. Os primeiros experimentos com este propósito datam do início da década de 1990 (e.g. Moxon, Keenan & Hine, 1993; Watt, Keenan, Barnes & Cairns, 1991) e, em linhas gerais, tiveram resultados inconsistentes em formar classes de estímulos equivalentes quando estes eram classificados em categorias distintas no meio cultural em que o participante estava inserido. Além disso, esses estudos falharam ao tentar estabelecer uma nova função para estímulos que tinham história de influência cultural, também chamada de história pré-experimental.

O primeiro experimento desse tipo foi conduzido por Watt et al. (1991) e tinha o objetivo de reverter classes de equivalência a respeito de símbolos protestantes e católicos, os quais tinham forte história pré-experimental para um grupo de participantes, os Irlandeses do Norte, devido aos conflitos religiosos na região. Estes foram treinados a relacionar nomes católicos com pseudopalavras e treinados a relacionar estas com símbolos protestantes. Apenas 7 dos 18 participantes formaram as novas classes de equivalência. Os autores argumentaram que estes resultados foram encontrados por conta de a Irlanda do Norte ser um país onde há importantes conflitos religiosos. No mesmo experimento feito com Ingleses, encontrou-se que todos os cinco participantes formaram as novas classes.

Outro estudo (Moxon, Keenan & Hine, 1993), que se aproxima mais do tema abordado na presente pesquisa, encontrou resultados semelhantes aos apontados acima. Nesta

pesquisa, os autores buscaram reverter estereótipos de gênero relacionados à atuação profissional por meio do treino de relações entre ocupações historicamente exercidas por homens e estímulos abstratos e entre estes estímulos e nomes tipicamente femininos. Na fase de testes, além de verificar as relações entre os estímulos treinados, foram adicionados novos estímulos de comparação com nomes de ocupações tipicamente exercidas por mulheres. Apenas 4 das 9 participantes mulheres e 3 dos 10 homens formaram novas classes de equivalência.

Os resultados das pesquisas citadas apontam que é possível reverter classes de equivalência englobando estímulos socialmente relevantes, porém, seria necessário estudar quais variáveis do treino poderiam aumentar a probabilidade dessas novas formações. Pesquisadores, então, passaram a testar diferentes parâmetros do treino que poderiam influenciar em um maior ou menor grau de formação de classes (cf. Arntzen, 2012), podendo facilitar posteriormente a transferência de função. Segundo Arntzen (2012), dentre os parâmetros testados, destaca-se que supertreino e menor distância nodal foram comprovados como preditores de melhores resultados na formação de classes. Outro parâmetro estudado é a organização do protocolo de ensino das relações equivalentes. Uma forma de organizar o protocolo que auxilia em melhores resultados é incluir testes de simetria logo após a aprendizagem das discriminações condicionais (Adams, Field & Verhave, 1993). Outra forma é incluir uma revisão da linha de base (Garotti, de Souza, de Rose, Molina & Gil, 2000), isto é, apresentar novamente tentativas com as discriminações condicionais treinadas, mas agora em conjunto e sem fornecer feedback para todas as tentativas, antes de testar de relações de equivalência. Atualmente, usando parâmetros encontrados como melhores preditores de sucesso, já se tem bons resultados com transferência de função para estímulos abstratos (e.g. Aggio, de Almeida, Cortez & de Rose, 2014; Perez, de Almeida & de Rose,

2015), mas poucos estudos tiveram sucesso com formação de classes e transferência de função de estímulos socialmente relevantes.

Um desses estudos foi realizado por Mizael, de Almeida, Silveira e de Rose (2016) e versou sobre preconceito racial. A pesquisa visava reverter relações de equivalência entre faces negras e imagens negativas, apresentadas por crianças, por meio de treino de emparelhamento com o modelo entre faces negras e um estímulo abstrato que, por sua vez, era emparelhado com um estímulo positivo. Esta pesquisa utilizou apenas um nóculo de distância e organizou o protocolo de ensino de forma a incluir treino misto, testes de simetria logo após a aprendizagem das discriminações condicionais e revisão de linha de base. As etapas principais do procedimento consistiram em: (a) uma etapa de pré-teste, no qual se verificou quais participantes apresentavam preconceito racial e selecionou estes para seguir no procedimento; (b) uma etapa de treinos e testes de discriminação condicional, na qual treinou-se o emparelhamento entre símbolos positivos e estímulos abstratos, seguido de testes de simetria, treino do emparelhamento entre aqueles estímulos abstratos e faces negras, seguido de outros testes de simetria, dois blocos de treino misto, envolvendo todas as relações treinadas, e dois blocos de revisão da linha de base, o qual se diferenciava do treino misto apenas no quesito feedback, que ocorria em apenas metade das tentativas; (c) uma etapa de testes, na qual essas relações foram testadas e foi verificado se novas classes de estímulos foram formadas; e (d) uma etapa de pós-teste, na qual os participantes responderam novamente ao instrumento do pré-teste, e se verificou a transferência de função.

No estudo de Mizael et al. (2016), todos os participantes formaram classes de equivalência entre faces negras e estímulos positivos quando foi feito um primeiro teste sem interferência da relação pré-experimental entre faces brancas e estímulos positivos. No teste

em que as faces brancas foram adicionadas como opção de escolha, verificou-se que 9 dos 13 participantes continuaram selecionando preferencialmente as faces negras. A comparação entre os dados de pré-teste e pós-teste demonstraram transferência de função. Dessa forma, o experimento realizado por Mizael et al. (2016) parece apontar um bom modelo metodológico para formação de classes de equivalência e transferência de função com estímulos socialmente relevantes. Levando em conta que não foi encontrado nenhum estudo sobre responsabilização da vítima que tenha visado modificar classes de estímulos, cabe testar o modelo supracitado para reverter a classe de equivalência pré-experimental envolvendo vítimas de estupro e o conceito de responsabilidade.

Uma vez que as respostas dos participantes aos instrumentos utilizados estavam sujeitas ao viés de desejabilidade social, Mizael et al. (2016) utilizaram o Procedimento de Avaliação Relacional Implícita (IRAP). O IRAP é um procedimento desenvolvido por analistas do comportamento que visa avaliar o quanto dois estímulos estão relacionados para um dado sujeito, tendo como medida a latência da resposta dos participantes e, como consequência, evita que o responder do participante esteja sob controle de desejabilidade social ou outros vieses possíveis em instrumentos de autorrelato. Segundo Barnes-Holmes, Barnes-Holmes, Luciano e McEnteggart (2017), respondemos mais rapidamente a relações que foram ensinadas (ou derivadas) com mais frequência em nossa história de vida. Por exemplo, uma pessoa considerada racista provavelmente se deparou um número muito grande de vezes com a relação entre “negro” e “perigoso”, ou sinônimos. No IRAP, os participantes são apresentados a pares de estímulos e devem responder se a relação entre eles é verdadeira ou falsa, de acordo com uma instrução dada e o mais rápido possível. Há dois tipos de blocos de tentativas e, em cada um, a instrução é oposta a do anterior. Isto quer dizer

que, em determinados blocos, o participante deve responder, por exemplo, que uma relação entre a imagem de uma pessoa negra e a palavra “perigoso” é verdadeira e, em blocos alternados, que esta relação é falsa. Em geral, os participantes respondem a dois estímulos-alvo e dois estímulos-rótulo, relacionados de quatro maneiras diferentes. A análise dos dados se dá para cada relação em separado, por meio da comparação entre escores (chamados de escores D-IRAP) obtidos a partir das latências das respostas para negar ou confirmar a relação. A latência da resposta costuma ser maior nos blocos onde há relações inconsistentes com a história de vida do participante do que nos blocos onde há relações consistentes.

Os resultados encontrados por Mizael et al. (2016) no IRAP mostraram que, após o procedimento de ensino, os participantes não apresentaram viés racial, isto é, não apresentaram resultados estatisticamente significativos em nenhum dos quatro tipos de tentativas, o que permite inferir a ausência de algum viés específico, seja pró-branco, anti-negro, pró-negro ou anti-branco. No entanto, o IRAP foi usado apenas no pós-teste. De fato, outra lacuna encontrada na literatura é de estudos que utilizem o IRAP como medida de pré e pós teste. Poucos estudos (e.g., Drake, Seymour & Habib, 2015) utilizaram o procedimento com duas aplicações, porém sem nenhum treino ou ensino entre elas, e apresentaram resultados inconsistentes sobre a confiabilidade teste-reteste. Portanto, cabe investigar o uso do IRAP em dupla aplicação, com e sem um procedimento de ensino.

O presente trabalho se propõe a investigar o comportamento de estudantes universitários de avaliar situações e frases sobre violência sexual, em suas complexidades, e pessoas nela envolvidas, por meio da utilização de histórias fictícias de estupro e de uma escala de aceitação de mitos sobre estupro. Além disso, pretendeu-se testar a possibilidade de mudança dessas avaliações, baseando-se na formação de novas classes de equivalência,

incompatíveis com as anteriores. Tem-se como problema de pesquisa: o ensino de classes de estímulos equivalentes envolvendo nomes de mulheres e a palavra “vítima” tem efeito sobre o comportamento de culpabilizar vítimas de estupro?

Dessa forma, o objetivo foi investigar o efeito do ensino de novas classes de estímulos equivalentes sobre o comportamento de culpabilizar vítimas de estupro. Para tanto, foram seguidas as seguintes etapas: (a) identificar, por meio da Escala de atribuição de responsabilidade, indivíduos que apresentavam viés de culpabilização da vítima; (b) treinar uma nova resposta de emparelhamento ao modelo diante dos estímulos nomes de mulheres; (c) verificar se o treino produziu formação das classes de equivalência; (d) verificar se o treino produziu um efeito nas respostas dos participantes nas Escalas de Responsabilidade e na AMMSA; (e) verificar, por meio do IRAP, os vieses dos participantes no que se refere atribuição de responsabilidade em casos de estupro; (f) verificar se há correlação nos resultados encontrados nas diferentes medidas.

Uma vez que o método de utilização de vinhetas para investigar responsabilização da vítima não havia sido usado em nenhum estudo publicado no Brasil até o início deste trabalho, considerou-se necessário fazer uma investigação inicial para verificar a adequação desta medida. Portanto, esta dissertação se divide em dois estudos. No Estudo 1 foi feita uma aplicação *online* das Escalas de atribuição de responsabilidade e da AMMSA com um número relativamente grande de participantes. No Estudo 2, estes instrumentos foram usados como pré-teste para o uso do procedimento de emparelhamento com o modelo.

## ESTUDO 1

### Método

#### Participantes

Por meio de um formulário *online*, foram coletados dados de 243 participantes, sendo 178 mulheres, 63 homens, uma pessoa que se identificou como “gênero fluido” e uma pessoa que afirmou não se identificar com nenhum gênero. A idade dos participantes variou entre 18 e 63 anos (média = 28). No quesito raça, 118 se declararam brancos, 81 pardos, 27 negros, 10 pretos, 2 amarelos, 1 asiático e 2 não souberam ou quiserem responder. No quesito orientação sexual, 193 se declararam heterossexuais, 30 bissexuais, 16 homossexuais e 4 selecionaram a categoria “outro”. Quanto a área do conhecimento, 162 estudavam na área de ciências humanas ou afins, 39 na área de ciências exatas, 38 em ciências biológicas ou saúde, 2 artes e 2 selecionaram a opção “outro”. Cento e trinta e quatro moravam na região nordeste, 78 na região sudeste, 18 na centro-oeste, sete na norte e seis na sul. Por fim, 115 estudavam em instituições de ensino superior particulares, 80 em instituições públicas e 48 não declararam.

#### Estímulos

##### Vinhetas

Estas pequenas histórias fictícias foram escritas pela pesquisadora com base em uma série de vinhetas usadas nos estudos apresentados na revisão de literatura (e.g., Johnson & Lee, 2000; Sasson & Paul, 2014), juntamente com relatos de vítimas de estupro encontrados em grupos de apoio a mulheres em uma rede social digital. Após ter identificado na literatura (Grubb & Harrower 2008; Whatley, 1996) quais variáveis aumentam ou diminuem a probabilidade de um participante culpabilizar a vítima, foram escritas cinco vinhetas que narram histórias de estupro. Uma delas apresenta um estupro estereotípico, com uma série de

características que diminuem a probabilidade de culpabilização. Isto é, há uso claro de força física e ameaça de morte por parte do agressor, que é um estranho, a vítima apresenta características “moralmente respeitáveis” e resiste verbal e fisicamente. As outras quatro vinhetas apresentam diferentes conjuntos de características que aumentam a probabilidade de culpabilização, e foram denominadas aqui de vinhetas de estupro velado. Algumas das características utilizadas foram: a vítima ter um relacionamento amoroso com o agressor, ou ao menos conhecê-lo; a vítima estar usando roupas que mostram o corpo, apresentar comportamento tido como “moralmente inadequado”, apresentar comportamento dito “sexualmente provocativo” e/ou ter consentido com algum contato físico-sexual previamente; o agressor ter usado pouca ou nenhuma força física.

Foi incluída ainda uma sexta vinheta, que descreve uma situação de sexo consensual. O objetivo desta é ter um controle de que, após o treino de emparelhamento ao modelo, os participantes não tenham feito uma generalização inadequada de que todas as mulheres são vítimas. Dessa forma, espera-se que os participantes possam ficar sob controle da característica-chave que determina o estupro (isto é, não haver consentimento da vítima) para fazerem o julgamento sobre a responsabilidade do homem e da mulher em cada história. Para haver uma equiparação às pesquisas anteriores (desenvolvidas nos EUA), manteve-se, em todas as vinhetas, a situação de penetração, ainda que no Brasil seja concebido estupro sem essa característica. Posteriormente, solicitou-se que colegas, incluindo psicólogas que atenderam vítimas de estupro e estudantes universitários, lessem as vinhetas para verificar a adequação delas à realidade. A partir disso, foram feitos pequenos ajustes nos fatos narrados e na linguagem utilizada, de forma que descrevessem o fenômeno com um vocabulário acessível aos participantes da pesquisa. Todas as vinhetas se encontram no Anexo 1, junto a

escala de atribuição de responsabilidade. A Tabela 1 mostra um resumo das principais características (no que tange à possibilidade de culpabilização) presentes em cada vinheta.

Tabela 1.

*Resumo das principais características presentes nas vinhetas*

Vinheta	Tipo	Características
1	Estupro velado	A vítima: Tinha relacionamento com o agressor Convidou ele para sua casa Consentiu em ter contato físico
2	Estupro estereotípico	Agressor: Desconhecido Usou força física e ameaça de morte Vítima: Comportamento “moralmente adequado” Gritou por socorro Resistiu fisicamente
3	Estupro velado	Agressor: Vizinho da vítima Vítima: Foi para uma boate Estava alcoolizada Dançou rebolando
4	Sexo consensual	Homem e mulher: Se conheceram numa festa Consentiram em ter relação sexual
5	Estupro velado	Casados Vítima: Não resiste verbalmente
6	Estupro velado	Vítima: Usava roupas curtas Ficou imóvel

### Situação e equipamentos

#### Escala de atribuição de responsabilidade

Esta escala é adaptação da que foi utilizada por Sasson e Paul (2014) e tem o objetivo de medir o quanto de responsabilidade os participantes atribuem a cada uma das partes envolvidas nas vinhetas. A escala é composta por uma única sentença: “Indique quem foi responsável pelo acontecimento”, diante da qual é possível escolher entre um dos sete pontos representados por espaços em branco. O primeiro espaço (mais à esquerda) significa “o

homem foi totalmente responsável” e o último (mais à direita) significa “a mulher foi totalmente responsável”, sendo que em cada escala consta o nome das personagens da vinheta que acabou de ser apresentada. Há ainda um campo para o participante explicar o porquê de sua resposta. Ao usar esta escala diante de uma vinheta de estupro, a escolha de qualquer espaço que não seja o mais à esquerda é considerado viés de culpabilização da vítima. Esta escala se encontra no Anexo 1, juntamente com as vinhetas.

#### Escala de Aceitação dos Mitos Modernos sobre Violência Sexual (AMMSA)

Este instrumento é um conjunto de 30 escalas do tipo Likert que são afirmações inconsistentes a respeito de violência sexual comumente difundidas na sociedade (chamadas de mitos). Para cada escala, é possível assinalar um ponto na escala que vai de 1 a 7, onde 1 significa “discordo totalmente” e 7 significa “concordo totalmente”. Este instrumento foi elaborado e validado em inglês e em alemão (Gerger et al., 2007) e denominado Acceptance of Modern Myths about Sexual Aggression Scale (AMMSA). Na presente pesquisa, foi apresentada aos participantes uma versão traduzida pelos pesquisadores para a língua portuguesa. Este instrumento se encontra em processo de validação para o Brasil e sua instrução e itens se encontram no Anexo 2.

#### Procedimento

Os participantes foram convidados por meio de anúncios em redes sociais digitais. O convite continha um link que direcionava o estudante a um formulário no qual ele lia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que consta no Anexo 3, e podia clicar sobre uma caixa para consentir em participar. Os participantes que deixaram seus e-mails receberam uma cópia digitalizada do TCLE assinado pela pesquisadora.

Inicialmente, o participante foi solicitado a responder a questões sociodemográficas, como seu gênero, idade, curso e orientação sexual. Em seguida, se o participante tivesse informado que era homem, era apresentada a ele a série de seis vinhetas com uma escala de atribuição de responsabilidade junto a cada uma delas. As vinhetas foram apresentadas aos participantes sempre na ordem em que aparecem no Anexo 1. Os participantes foram instruídos a ler as vinhetas e responder às escalas. Se a participante tivesse informado que era mulher ou “outro”, as vinhetas não eram apresentadas. A justificativa para tanto é de evitar um possível sofrimento que participantes mulheres que tivessem sido vítimas de violência sexual poderiam ter ao ler essas histórias. Em seguida, a AMMSA foi apresentada aos participantes e estes receberam as instruções para respondê-la. Ao final, o participante clicava no botão “enviar respostas” e aparecia uma nova página onde agradecia-se por sua participação no estudo, que estava finalizada.

## Resultados

Dados de três participantes homens foram descartados por terem respondido da mesma maneira aos 30 itens da AMMSA ou por serem idênticos a dados de um formulário anterior<sup>3</sup>. Desta forma, foram analisados os dados de 60 homens, 178 mulheres e duas pessoas que se identificaram com a opção “outro” na questão sobre gênero (gênero não-binário).

A média do escore total dos dois participantes de gênero não-binário na AMMSA foi 1,46 ponto, com desvio padrão de 0,32. Devido a essa amostra ser muito pequena, dados dos participantes que se identificaram com a opção “outro” na questão sobre gênero foram

<sup>3</sup> Em uma das respostas ao formulário, todos os dados eram idênticos aos dados da resposta enviada minutos antes daquela. Isto foi interpretado como sendo um mesmo participante que respondeu duas vezes ao formulário e, portanto, os dados da segunda resposta foram descartados.

excluídos das demais análises. A média do escore total das mulheres na AMMSA foi de 2,29 pontos, com desvio padrão de 0,77, enquanto a dos homens foi de 2,97 pontos, com desvio padrão de 1,16. Isso indica que os homens concordaram mais com os mitos sobre estupro do que as mulheres. Um teste t revelou diferenças significativas nas comparações dos escores médios da AMMSA de homens e mulheres ( $t= 5,225$   $df= 239$   $p < 0,0001$ ). Após uma análise do conteúdo de cada um dos 30 itens da AMMSA, encontrou-se que sete deles (itens 9, 11, 12, 15, 17, 18 e 20) tratavam de alguma forma sobre culpabilização da vítima de estupro, enquanto os outros itens abordavam outros mitos. Foram feitas análises correlacionais para cada um desses itens, para verificar se haveria uma correlação entre o gênero dos participantes e os escores nos itens. Foi encontrada uma correlação positiva e significativa, para cinco dos sete itens (item 9,  $r = 0,1548$   $p < 0,01$ ; item 11,  $r = 0,1208$   $p < 0,05$ ; item 12,  $r = 0,2269$   $p < 0,001$ ; item 17,  $r = 0,1757$   $p < 0,01$ ; item 18,  $r = 0,2739$   $p < 0,0001$ ; tendo sido atribuído valor 1 para mulheres e 2 para homens) e positiva e marginalmente significativa para os outros dois itens (item 15,  $r = 0,1048$   $p = 0,0534$ ; item 20,  $r = 0,09986$   $p = 0,0622$ ). Portanto, nos itens de culpabilização, quanto maior o escore, maior a probabilidade de o participante ser do gênero masculino. As análises apresentadas nos próximos parágrafos dirão respeito apenas aos dados dos participantes homens.

Com relação às vinhetas, encontrou-se que 36 participantes (60%) atribuíram alguma responsabilidade a pelo menos uma das mulheres das histórias de estupro velado. Algumas das principais justificativas escritas no campo em que o participante deveria explicar sua resposta foram sobre a mulher não ter reagido ou ter reagido de maneira considerada insuficiente pelo participante (e.g., não ter dito “não”, não ter gritado, não ter corrido), ter tomado alguma iniciativa de contato com o agressor (e.g., convidado o homem para sua casa, ter beijado ele), ter uma relação com o agressor e ter ingerido bebida alcoólica.

Verificou-se que todos os participantes atribuíram total responsabilidade ao homem na história de estupro estereotípico, enquanto, na história de sexo consensual, 57 participantes (95%) afirmaram que a responsabilidade era igualmente dividida entre o homem e a mulher. Os dados obtidos nesta coleta online apontaram ainda que há uma correlação positiva entre culpabilizar a vítima e apresentar maiores escores na AMMSA. Enquanto os homens que apresentaram viés de culpabilização tiveram um escore médio de 3,42 pontos (desvio padrão: 1,07), os homens que não apresentaram o viés tiveram um escore médio de 2,13 pontos (desvio padrão: 0,77). Essa diferença foi estatisticamente significativa, como confirmado por um Teste t não pareado ( $t = 14,66$ ,  $df = 1828$ ,  $p < 0,0001$ ).

Novamente, os sete itens da AMMSA que tratam de culpabilização da vítima foram separados e utilizados para uma série de análises estatísticas. Na análise das respostas a esses itens tomados em conjunto, por meio de uma ANOVA de uma via, foi identificada uma diferença significativa entre os escores do grupo de participantes que culpabilizou nas vinhetas e do grupo que não culpabilizou ( $F(13,413) = 5,099$ ,  $p < 0,0001$ ). Na comparação dos escores dos dois grupos em cada um desses sete itens separadamente, por meio de um Teste de Fisher LSD não corrigido, foram encontradas diferenças significativas para todos os itens (para itens 9 e 18,  $p < 0,0001$ ; para item 17,  $p < 0,001$ ; para itens 12, 15 e 20,  $p < 0,01$ ), exceto o item 11 ( $p = 0,0564$ ). Portanto, encontrou-se que maiores escores nos itens de culpabilizações da vítima na AMMSA estavam positivamente correlacionados com culpabilizar a vítima nas vinhetas.

Uma série de características do perfil sociodemográfico dos participantes foi analisada em busca de possíveis correlações entre estas e os escores na AMMSA. Por meio do teste do Coeficiente de Correlação de Pearson, encontrou-se uma correlação positiva significativa entre a idade dos participantes e o escore total na AMMSA ( $r = 0,4178$ ,  $p$

<0,001). Este tipo de correlação também foi encontrada entre a idade e cada um dos itens de culpabilização (item 9,  $r = 0,2903$ ,  $p < 0,05$ ; item 11,  $r = 0,2621$ ,  $p < 0,05$ ; item 12,  $r = 0,2986$ ,  $p < 0,01$ ; item 17,  $r = 0,5068$ ,  $p < 0,0001$ ; item 18,  $r = 0,2400$ ,  $p < 0,05$ ; item 19,  $r = 0,3848$ ,  $p < 0,001$ ), exceto o item 15 ( $r = 0,1790$ ,  $p = 0,0802$ ). Em outras palavras, houve uma tendência de que quanto mais velho o participante, maior o escore total e nos itens de culpabilização.

Correlações significativas também foram encontradas ao comparar os escores dos participantes que cursavam graduação em instituições públicas com os escores dos que estudavam em instituições privadas. O Coeficiente de Correlação de Pearson apontou que o grupo dos estudantes de faculdades privadas apresentou um escore total significativamente maior do que o grupo dos graduandos de instituições públicas ( $r = 0,4614$ ,  $p = 0,0001$ , tendo sido atribuído à faculdade pública o valor 1 e faculdade privada o valor 2). Nas análises de cada um dos itens de culpabilização, foram encontradas correlações positivas significativas para todos os itens (item 9,  $r = 0,4085$   $p < 0,01$ ; item 11,  $r = 0,3111$   $p < 0,05$ ; item 12,  $r = 0,3736$   $p < 0,01$ ; item 15,  $r = 0,2736$   $p < 0,05$ ; item 17,  $r = 0,3196$   $p < 0,05$ ; item 18,  $r = 0,3364$   $p < 0,05$ ; item 20,  $r = 0,2960$   $p < 0,05$ ). Essas análises apontam que houve maior concordância com mitos sobre estupro no geral e em específico com a culpabilização da vítima, entre os estudantes de instituições de ensino superior privadas, quando comparados com graduandos de instituições públicas.

Na categoria região do país, somente os dados das regiões sudeste e nordeste foram analisados, devido ao pequeno número de participantes das outras regiões. Por meio de um teste t não pareado, foi encontrado que os escores totais dos participantes da região nordeste na AMMSA eram significativamente maiores do que os da região sudeste ( $p < 0,01$ ). Além disso, o Coeficiente de Correlação de Pearson apontou uma correlação positiva significativa entre morar na região nordeste ter maiores escores em cinco dos sete itens de culpabilização

da escala (para item 9,  $r = 0,3114$   $p < 0,01$ ; item 11,  $r = 0,1719$   $p > 0,05$ ; item 12,  $r = 0,2412$   $p < 0,05$ ; item 15,  $r = 0,1627$   $p > 0,05$ ; item 17,  $r = 0,2387$   $p < 0,01$ ; item 18,  $r = 0,2216$   $p < 0,01$ ; item 20,  $r = 0,3938$   $p < 0,001$ ), quando comparados com participantes que moravam na região sudeste.

Devido ao pequeno número de participantes das áreas de ciências biológicas e de artes, somente os dados dos participantes de ciências humanas e ciências exatas foram analisados. Não foram encontradas correlações significativas entre a área do conhecimento e o escore total na AMMSA ( $r = 0,01790$ ,  $p = 0,4446$ , tendo sido atribuído a humanas o valor 1 e exatas o valor 2). A variável orientação sexual não foi analisada devido ao pequeno número de participantes de orientações não-heterossexuais.

Por fim, foi analisada a presença do radical “estupr”, referente ao verbo “estuprar”, nas explicações dadas pelos participantes para suas respostas às Escalas de Responsabilidade diante das vinhetas. A análise foi feita tomando em conjunto as quatro vinhetas de estupro velado. Para cada vinheta, as respostas foram agrupadas de acordo com a presença ou ausência de culpabilização, a partir do valor atribuído na Escala de Responsabilidade. Isso quer dizer que, para esta análise, todas as respostas em que o participante atribuiu valor 1 na Escala daquela vinheta foram agrupadas como “não culpabilizou”, mesmo que um dado participante tenha culpabilizado a vítima de outra história. Dessa forma, foram encontradas 158 respostas onde não houve culpabilização e 82 respostas onde houve. Dentre as respostas sem culpabilização, 57 continham o radical “estupr” na explicação, enquanto apenas quatro das respostas de culpabilização continham esse radical. Por meio de um Teste t não pareado, encontrou-se que essa diferença foi estatisticamente significativa ( $t = 6,904$ ,  $p < 0,0001$ ).

## Discussão

O objetivo do Estudo 1 foi verificar se os materiais produzidos e selecionados para identificar sujeitos que apresentassem esse comportamento eram adequados. Os resultados desse estudo apontaram a presença de atribuição de responsabilidade a vítimas de estupro na população estudada. Os dados coletados apontam que as vinhetas utilizadas foram adequadas para identificar culpabilização da vítima em situações de estupro velado, de forma a diferenciá-las da situação de estupro estereotípico. Verificou-se também que a vinheta de sexo consensual foi adequada para ser usada como controle. As respostas de culpabilização nas vinhetas se mostraram estatisticamente correlacionadas com os escores da AMMSA. Dessa forma, as vinhetas, Escalas de Responsabilidade e AMMSA se mostraram estímulos e instrumentos adequados para serem utilizados nas fases de pré-teste e pós-teste do Estudo 2.

Os resultados apontaram diferenças na atribuição de responsabilidade de acordo com o tipo de vinheta, de forma nenhum participante culpabilizou a vítima de estupro estereotípico, enquanto uma porcentagem relevante culpabilizou as outras vítimas. Os dados qualitativos coletados confirmaram que características presentes nas vinhetas de estupro velado, como ter uma relação prévia com o agressor, não ter reagido, ter se comportado de maneira vista como sexualmente provocativa e estar alcoolizada, foram variáveis importantes para que os participantes atribuíssem responsabilidade a essas vítimas. Esses achados corroboram a literatura (Grubb & Harrower 2008; Whatley, 1996) no que tange a variáveis que aumentam a probabilidade de culpabilização, de forma que parece apontar similaridades entre a cultura americana e brasileira. Houve, portanto, evidência empírica para afirmar a presença de uma prática cultural descrita por Freitas e Morais (2019) e apontada por estas autoras como existente no Brasil e pertencente ao que foi chamado por Buchwald et al.

(1993/2005) de cultura do estupro. Além disso, as respostas às Escalas de Responsabilidade e as justificativas dadas nas questões abertas permitiram a identificação de variáveis que aumentam a probabilidade de culpabilização nesta população, de forma que serviram de base para escolha dos estímulos utilizados posteriormente no IRAP do Estudo 2 desta pesquisa.

A análise das justificativas dadas para as respostas de atribuição de responsabilidade apontou que nas vinhetas onde os participantes usaram a palavra “estupro” para rotular o ocorrido havia maior probabilidade de que não houvesse culpabilização. Esses dados corroboram a hipótese de estudos anteriores (e.g., Sasson & Paul, 2014) de que haveria uma correlação negativa entre nomear uma situação como estupro e atribuir responsabilidade à vítima. Freitas e Morais (2019) argumentam, a partir do paradigma da equivalência de estímulos, que a palavra estupro está relacionada a estímulos fortemente aversivos em nossa sociedade e, por uma questão de conflito/incompatibilidade, não se relaciona a estímulos vistos como positivos, como “cônjuge”, por exemplo. Dessa forma, quando estímulos positivos estão relacionados ao agressor, as pessoas raramente derivam a relação entre uma ação do agressor e a palavra “estupro”. De fato, alguns participantes responderam às vinhetas 1 e 5 (onde o homem e a mulher eram um casal e houve estupro) da mesma maneira que à vinheta de sexo consensual, isto é, afirmando que a responsabilidade deveria igualmente dividida entre os dois personagens e usando justificativas como “os dois queriam”.

Homens e mulheres estudantes universitários responderam a uma escala de aceitação de mitos sobre estupro, a AMMSA, e obtiveram escores significativamente diferentes nesse instrumento. Esses resultados corroboram a literatura citada anteriormente (Datafolha, 2016; Grubb & Harrower, 2008) de que homens tendem a culpabilizar mais as vítimas de estupro, quando comparados com mulheres. Outro resultado relevante foi a correlação positiva entre idade dos participantes e escores na AMMSA. Pesquisas anteriores sobre outros tipos de

estereótipos e preconceito também sugerem que pessoas mais velhas se mostrariam mais preconceituosas do que pessoas mais novas (e.g., Von Hippel, Silver & Lynch, 2000), embora estudos com crianças e adolescentes não tenham mostrado essa tendência (Raabe & Beelmann, 2011). Podemos entender que uma história de vida de maior exposição, aqui em termos de tempo, a uma cultura onde frequentemente vítimas de estupro são culpabilizadas pela violência que sofreram, parece ter uma influência na reprodução desse comportamento. É possível, no entanto, que se trate de um efeito de coorte, na medida em que hoje há mais discussões sobre feminismo e violência sexual na sociedade, o que faria com que pessoas mais jovens, por exemplo, de 20 anos, tenham hoje mais oportunidade do que pessoas mais velhas tinham aos 20 anos para aprender relações opostas às que as culpabilizam a vítima. Contudo, os dados apresentados devem ser vistos com cautela, devido ao tamanho da amostra obtida nesta pesquisa.

As análises correlacionais entre dados sociodemográficos e escores na AMMSA permitiram identificar quais parcelas da população tem maior probabilidade de apresentar atribuição de responsabilidade a vítimas. Em conjunto, tratar-se-ia de estudantes mais velhos que estivessem cursando graduação em instituições privadas do nordeste do Brasil. Tendo em vista que o objetivo do Estudo 2 foi testar um procedimento com pessoas que apresentassem essa atribuição, parte dos participantes desse estudo foram convidados em faculdades privadas na Bahia.

## **ESTUDO 2**

### Método

#### Participantes

Estudantes universitários do gênero masculino foram convidados a participar da pesquisa, por meio de anúncios em redes sociais digitais e em salas de aula. Foram coletados dados de 37 participantes presencialmente, com idade entre 18 a 35 anos (média = 24,8). Do total, 29 estudavam em uma universidade pública na cidade de São Carlos, São Paulo, 7 estudavam em faculdades privadas em Salvador, Bahia, e 1 estudava em uma universidade pública em Salvador. Dezesete participantes cursavam ciências humanas, 14 cursavam ciências exatas e seis cursavam ciências biológicas ou área da saúde. No quesito raça, 19 se declararam brancos, 12 se declararam pardos, três se declararam negros, dois se declararam pretos e um se declarou amarelo. No quesito orientação sexual, 22 se declararam heterossexuais, sete se declararam bissexuais, sete se declararam homossexuais e um não teve sua resposta registrada.

#### Estímulos

##### Vinhetas

Foram usadas as mesmas histórias do Estudo 1.

##### Estímulos usados no software MTS

Foram utilizados como estímulos os nomes das mulheres nas vinhetas de estupro velado, as palavras “responsável”, “vítima” e palavras sem sentido (chamadas de pseudopalavras). Esses estímulos foram agrupados em duas classes: classe 1 e classe 2. Os estímulos A1 e A2 foram as palavras “responsável” e “vítima”, respectivamente. Os

estímulos B1, B2 e C1 foram pseudopalavras, “dunase”, “lotepe” e “fidobe”, respectivamente. O estímulo C2 variou para cada participante, sendo o nome da mulher da vinheta de estupro velado que mais foi culpabilizada por aquele participante. O estímulo C3 apareceu somente na fase de testes e, de maneira similar a C2, variou para cada participante, sendo o nome do homem que foi apresentado na mesma vinheta de estupro velado. Foram usados ainda estímulos distratores, as pseudo-palavras “vicage”, “burime”, “falite” e “tagive”. Estes estímulos não faziam parte de nenhuma das duas classes e foram usados para que sempre houvesse três estímulos de comparação e assim diminuir a probabilidade de que o participante respondesse por exclusão. A Figura 1 apresenta os estímulos pertencentes a cada classe.

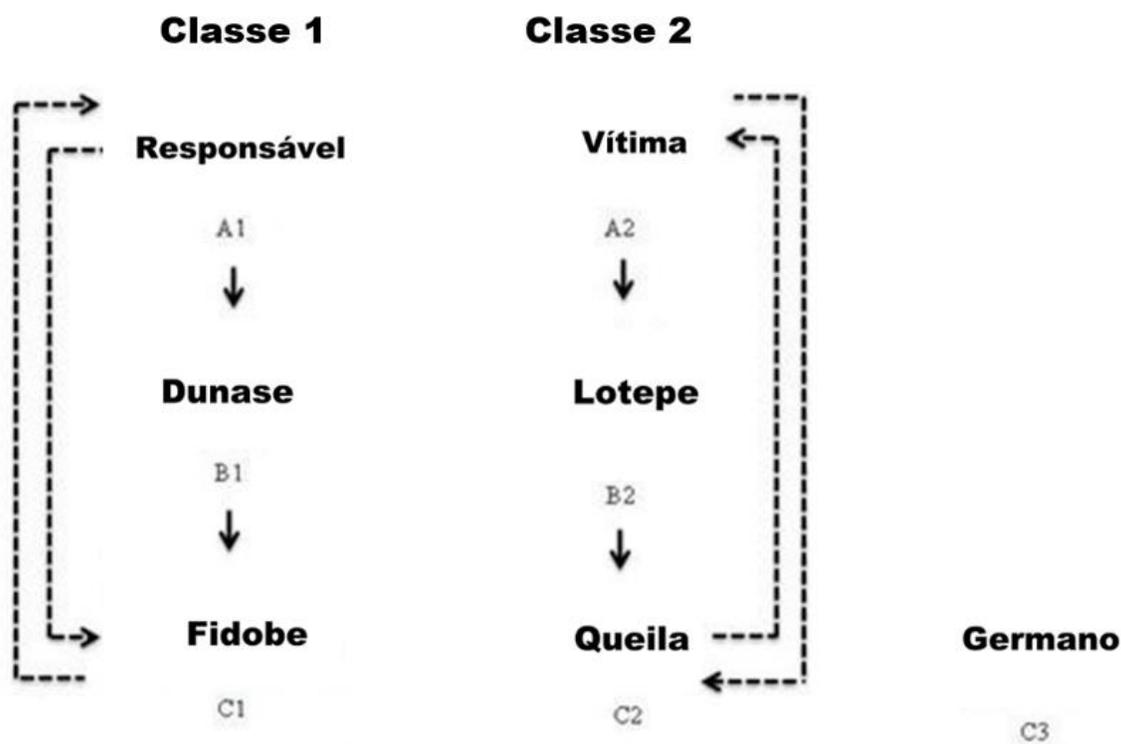


Figura 1. Classes de estímulos usadas no MTS

### Situação e equipamentos

Os dados foram coletados em uma pequena sala do Laboratório de Estudos do Comportamento Humano (LECH), localizado na Universidade Federal de São Carlos, em uma sala de aula de uma faculdade particular em Salvador, e em um consultório de psicologia em Salvador.

#### Formulário de familiaridade com nomes

Este formulário consiste de uma lista de 13 nomes femininos e 13 nomes masculinos pouco comuns em que é possível assinalar, para cada um deles, as opções (a) conheço alguém com este nome e (b) não conheço com este nome. Nas instruções, os participantes foram solicitados a assinalar (a) ou (b) para cada um daqueles nomes, de acordo com qualquer pessoa que faça ou já tenha feito parte do seu convívio social ou que ele conheça de maneira indireta (por exemplo, alguém famoso ou um personagem da ficção). O objetivo foi identificar, para cada participante, ao menos seis nomes de cada gênero com os quais o participante não possua uma história prévia. Os nomes desconhecidos de cada participante foram introduzidos em outros instrumentos utilizados (vinhetas e MTS III), de maneira a personalizá-los. Dessa forma, visou-se garantir que os nomes usados na pesquisa não teriam qualquer significado para os participantes além do gênero ao qual são atribuídos.

#### Escala de Aceitação dos Mitos Modernos sobre Violência Sexual (AMMSA)

Este instrumento é o mesmo que foi utilizado no Estudo 1.

#### Escala de atribuição de responsabilidade

Esta escala é mesma que foi utilizada no Estudo 1.

#### Procedimento de Avaliação Relacional Implícita (Implicit Relational Assessment

#### Procedure - IRAP)

O IRAP (Barnes-Holmes et al., 2006) é um procedimento que avalia o comportamento relacional do participante diante de uma dada relação entre pares de estímulos. O procedimento funciona de forma a apresentar pares de estímulos na tela (alvos e rótulos) e, em um tipo de bloco, o participante é solicitado a responder o mais rápido que conseguir que uma determinada relação é verdadeira e, em outro tipo de bloco, que a mesma relação é falsa. As latências das respostas do participante nos dois tipos de bloco são medidas e comparadas. A ideia por trás disso é que as pessoas respondem mais rapidamente a relações que são consistentes com sua história de vida – ou seja, que foram repetidamente ensinadas ou derivadas – do que a relações inconsistentes. É possível, então, identificar vieses no comportamento do participante.

### MTS III

O MTS III é um software (Wallace, 2003) que permite a apresentação de estímulos na tela do computador possibilitando o treino e teste de relações entre esses estímulos. Ao desenvolver um procedimento de discriminação condicional, em cada tentativa, um estímulo-modelo aparece no centro-superior da tela. Diante de uma resposta de clicar sobre este estímulo, aparecem três estímulos de comparação alinhados horizontalmente na parte inferior da tela. Diante da resposta de clicar sobre o estímulo de comparação correto (determinado pelos pesquisadores via programação), uma nova tela aparece com a palavra “correto” e se inicia uma nova tentativa. No entanto, caso o participante responda clicando sobre o estímulo de comparação errado (também determinado pelos pesquisadores via programação), uma nova tela escura aparece e se inicia uma nova tentativa, diferente da anterior.

### Procedimento

Os participantes foram convidados por meio de redes sociais. Aqueles que se voluntariaram receberam um link por meio do qual preencheram o Formulário de familiaridade com nomes. Os dados coletados por meio deste link só podem ser acessados pela pesquisadora e são mantidos em sigilo, mesmo que o participante não tenha seguido para as próximas fases da pesquisa. Os participantes foram solicitados a responder ao Formulário e convidados a comparecer ao laboratório para a execução das fases seguintes da pesquisa. Assim que chegaram ao laboratório, receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que consta no Anexo 3. A Figura 2 apresenta um resumo das etapas do procedimento.

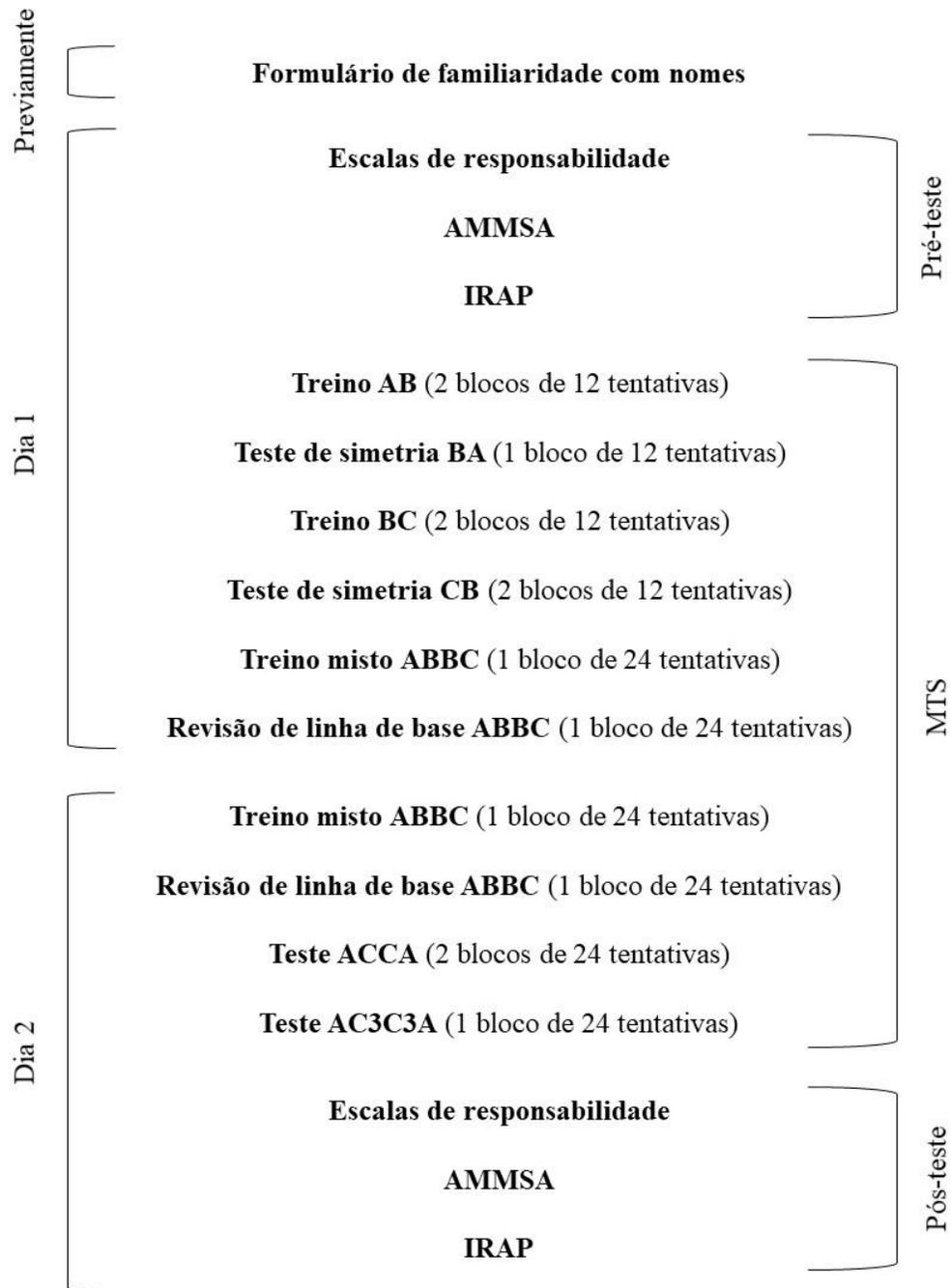


Figura 2: Resumo das etapas do procedimento.

### Pré-testes

Inicialmente, os participantes foram solicitados a responder um formulário com questões sociodemográficas, como idade, curso e orientação sexual do participante. Em seguida, foi apresentada ao participante a série de seis vinhetas com uma escala de atribuição de responsabilidade junto a cada uma delas. As vinhetas foram apresentadas aos participantes sempre na ordem em que aparecem no Anexo 1. Os participantes foram instruídos a ler as vinhetas e responder às escalas. Em seguida, a AMMSA foi apresentada aos participantes e estes receberam as instruções para respondê-la. Após responderem a todos os itens, uma nova tela apareceu solicitando que o participante chamasse a pesquisadora.

Os participantes foram instruídos sobre como responder ao IRAP. Além das instruções do procedimento, a pesquisadora<sup>4</sup> informava o contexto sobre o qual as regras informadas diziam respeito: “Duas mulheres afirmaram ter sofrido violência sexual. Uma delas era virgem, gritou por socorro e tentou empurrar o homem. A outra convidou o homem para sua casa, ficou bêbada, beijou ele e adormeceu antes do ato”. A pesquisadora permaneceu na sala durante as tentativas de aprendizagem iniciais do funcionamento do procedimento, isto é, os dois primeiros blocos de treino. Foram apresentados como alvos as características presentes em cada situação do contexto supracitado e como rótulos os adjetivos, “responsável pelo ocorrido” e “vítima no ocorrido”. Cada alvo foi relacionado com cada um dos rótulos e os participantes deviam responder nas chaves de resposta “verdadeiro” ou “falso”. Houve blocos inconsistentes e consistentes, em que os participantes foram exigidos responder em conformidade com duas regras diferentes, uma em cada tipo de bloco.

<sup>4</sup> Em algumas coletas, o pesquisador era do gênero masculino.

A regra dada no bloco consistente com a forma de culpabilização da vítima mais comum na cultura do estupro era: “Responda como se a mulher que convidou o homem, ficou bêbada e beijou ele fosse responsável pelo ocorrido, e como se a que era virgem gritou por socorro e tentou empurrá-lo fosse vítima”, enquanto a regra dada no bloco inconsistente invertia as relações entre alvos e rótulos.

Para responder, era necessário pressionar a tecla “d” ou a tecla “k”, sendo que uma significava “verdadeiro” e a outra “falso”. Em cada tentativa, se o participante respondesse de acordo com a regra daquele bloco, a resposta era considerada correta e outros estímulos apareciam na tela, iniciando uma nova tentativa. Caso contrário, aparecia um X vermelho na tela, e ele deveria responder corretamente para assim passar para próxima tentativa. A Figura 3 ilustra os quatro tipos de tentativa, nos blocos consistentes e inconsistentes. Cada bloco constou de 32 tentativas. O critério de acertos exigido foi de pelo menos 87,5% de acerto e latência de resposta menor do que 2000 milissegundos, na média das tentativas. Cada participante respondia a pelo menos dois, e no máximo oito, blocos de prática, para aprender o funcionamento da tarefa. Caso o participante não atingisse esse critério após oito blocos, sua participação era encerrada. Quando o participante atingia o critério em dois blocos consecutivos, ele seguia para os blocos de teste, que eram oito, para todos os participantes.



Figura 3. Tipos de tentativa no Procedimento de Avaliação Relacional Implícita (IRAP). As setas sólidas indicam as respostas consideradas corretas nos blocos consistentes com a forma de culpabilização da vítima mais comum na cultura do estupro, enquanto as setas tracejadas indicam as respostas consideradas corretas nos blocos inconsistentes. As setas não apareciam no procedimento.

Ao final destas tarefas, se o participante tivesse apresentado viés de culpabilização da vítima nas Escalas de Responsabilidade de forma a se enquadrar no critério de seleção, ele passava a ser considerado do Grupo C (Grupo que culpabilizou) e seguia para o procedimento experimental, isto é, a etapa de aprendizagem de discriminações condicionais. O critério estabelecido para esta seleção foi o de atribuir qualquer grau de responsabilidade à mulher em pelo menos uma das vinhetas de estupro velado. Para estes participantes, foi apresentada novamente a vinheta em que ele atribuiu maior culpa à vítima, para relembrar os nomes das personagens da história. Caso o participante tivesse informado no Formulário de familiaridade com nomes conhecia mais do que sete dos 13 nomes de pelo menos um dos

gêneros, ele respondia aos pré-testes, mas não fazia o MTS, mesmo que apresentasse viés nas vinhetas, com o intuito de evitar que sua história prévia com o nome conhecido interferisse nas suas respostas. Os participantes que não tinham apresentado viés nas escalas de atribuição de responsabilidade, considerados Grupo NC (Grupo que não culpabilizou) foram expostos ao IRAP uma segunda vez. Em seguida, a pesquisadora agradeceu a participação deles na pesquisa, que foi encerrada.

#### Treinos e testes de discriminações condicionais

Nesta etapa, foi utilizado o *software* MTS III e os participantes foram informados que algumas palavras apareceriam na tela do computador. Então, foram instruídos a clicar na palavra que aparecesse na parte superior da tela e, em seguida, escolher com um clique uma dentre as três palavras que aparecessem. Eles foram informados que receberiam feedback sobre as escolhas corretas. Foi usado o procedimento de emparelhamento com o modelo simultâneo, ou seja, os estímulos de comparação apareceram na tela na presença do estímulo modelo. Houve balanceamento da posição dos estímulos de comparação, de forma que os estímulos alternavam a localização, e o intervalo entre tentativas foi fixado em 1 segundo. Esta etapa foi dividida em dois dias. No primeiro dia, houve um total de 6 fases, apresentadas em sequência, dentre treinos e testes, sendo que nos treinos houve feedback e nos testes não. As fases 1 e 3 foram compostas por 2 blocos de 12 tentativas cada, enquanto as fases 2 e 4 foram compostas por 1 bloco de 12 tentativas cada e as fases 5 e 6 foram compostas de 1 bloco de 24 tentativas cada. Houve um critério de 11 acertos nos blocos de 12 tentativas, ou 22 acertos nos blocos de 24 tentativas. Caso o participante não atingisse o critério de acertos em cada bloco, ele repetia o bloco até atingi-lo para poder passar para fase seguinte.

A fase 1 constou do treino das relações AB. Foram treinadas as respostas de escolher, diante do estímulo modelo “responsável” (A1), a pseudopalavra “dunase” (B1), bem como a

pseudopalavra “lotepe” (B2), diante do estímulo modelo “vítima” (A2), em dois blocos de 12 tentativas cada, sendo metade das tentativas tendo A1 como modelo e a outra metade tendo A2 nesta posição. A fase 2 constou do teste de simetria BA. Foi feito um teste em um bloco de 12 tentativas para verificar se os participantes escolheriam A1, quando apresentado o estímulo B1, e A2, quando apresentado B2. Na fase 3, foram ensinadas as relações BC sendo treinadas as respostas de escolher C2 (nome de mulher presente da vinheta de estupro velado), na presença do estímulo modelo B2, e de escolher a pseudopalavra “fidobe” (C1) na presença do estímulo modelo B1, com o mesmo número de blocos e tentativas do treino AB. Na fase 4, analogamente à relação BA, foi feito um teste de simetria para a relação CB, sem feedback. Posteriormente, na fase 5, foi feito um treino misto das relações AB e BC, constituído por um bloco de 24 tentativas. Por fim, na fase 6 foi feito um teste de revisão da linha de base, que diferiria do treino misto apenas no quesito feedback, o qual não mais foi fornecido, visando preparar os participantes para a etapa de verificação da emergência das classes de equivalência. Em todas as fases, além dos estímulos supracitados, houve um estímulo de comparação extra, com a função de distrator, isto é, que não estava presente em nenhuma das classes estabelecidas, de forma que nenhum feedback positivo foi dado diante da resposta de clicar sobre ele. No segundo dia, o participante respondeu novamente às fases 5 e 6 (treino misto e revisão de linha de base), com o mesmo número de blocos e tentativas do primeiro dia.

#### Testes AC e CA

Nesta etapa, que ocorreu apenas no segundo dia, logo após as fases 5 e 6 da etapa anterior, foi verificada se houve emergência das classes de equivalência com base nas discriminações condicionais treinadas anteriormente. Os parâmetros usados foram os mesmos da fase de treino, exceto que nunca houve feedback. Foram feitos dois blocos de

testes de 24 tentativas cada, para verificar em conjunto a transitividade e a simetria da transitividade. Assim, foi testado se na presença do nome da mulher da vinheta de estupro velado, os participantes escolheriam “vítima” em vez de “responsável” e se na presença da palavra “fidobe”, os participantes escolheriam “responsável” em vez de “vítima”, e vice-versa, de forma a verificar se as relações A1C1, C1A1, C2A2 e A2C2 emergiram. Em outras palavras, foi avaliado se os nomes das mulheres e “vítima” passaram a fazer parte da mesma classe de estímulos equivalentes, e o mesmo foi feito para “responsável” e “fidobe”. Novamente, foi determinado como critério de aprendizagem que o participante acertasse 22 dentre 24 tentativas em cada bloco e houve estímulos distratores.

Em seguida, foi feito ainda um teste das relações AC3. Nesse teste, os nomes dos homens presentes nas vinhetas de estupro velado (C3) foram incluídos entre os estímulos, substituindo o estímulo C1 (fidobe). Em metade das tentativas, os estímulos A1 e A2 apareceram, alternadamente, como modelo, enquanto os estímulos C2, C3 e uma pseudopalavra distratora apareceram juntos como estímulos de comparação. Na outra metade, os estímulos C2 e C3 apareceram como modelo em tentativas alternadas e os estímulos A1, A2 e uma pseudopalavra distratora apareceram como estímulo de comparação. Foram consideradas corretas as respostas que relacionavam A1 e C3, bem como A2 e C2. Esta fase contou com um bloco de 24 tentativas e critério de aprendizagem foi o mesmo do teste anterior.

#### Pós-testes

Os participantes responderam novamente a Escala Moderna de Mitos sobre Estupro (AMMSA). Em seguida, foram expostos novamente às vinhetas e solicitados a responder às escalas de atribuição de responsabilidade. Por fim, responderam ao IRAP, como no pré-teste.

Em seguida, a pesquisadora agradeceu a participação dos participantes na pesquisa, que foi encerrada.

## Resultados

A Tabela 2 mostra informações de cada um dos 37 participantes, incluindo seu o score na AMMSA, se ele atribuiu responsabilidade a alguma vítima nas vinhetas, o gênero do experimentador que aplicou a pesquisa e o estado onde ocorreu a coleta. A abreviatura SC foi dada aos participantes de São Carlos, enquanto a abreviatura SA foi dada aos participantes de Salvador. Todas as coletas em Salvador foram feitas pela pesquisadora mulher.

Tabela 2.  
*Atribuição de responsabilidade e score na AMMSA de cada participante*

<b>Gênero do/a experimentador(a)</b>	<b>Participante</b>	<b>Atribuição de responsabilidade à vítima</b>	<b>Escore na AMMSA</b>
Homem	SC11	Culpabilizou	2,03
	SC15	Não	1,96
	SC16	Não	1,13
	SC21	Culpabilizou	2,36
	SC22	Não	1,16
	SC23	Culpabilizou	2,16
	SC24	Culpabilizou	1,86
	SC25	Não	1,13
	SC26	Não	2,1
	SC27	Culpabilizou	2,63
	SC28	Culpabilizou	3,33
	SC29	Culpabilizou	3,13
	<b>Percentual/Média</b>	<b>58% (7/12)</b>	<b>2,08</b>
Mulher	SC1	Não	1,66
	SC2	Não	3,03
	SC3	Não	1,56
	SC4	Culpabilizou	2,73
	SC5	Não	2,33
	SC6	Não	2,80
	SC7	Não	1,00
	SC8	Não	2,00
	SC9	Não	1,60
	SC10	Não	3,03

	SC12	Culpabilizou	2,70
	SC13	Não	1,73
	SC14	Culpabilizou	2,90
	SC17	Não	2,00
	SC18	Não	1,46
	SC19	Culpabilizou	2,13
	SC20	Não	1,63
	<b>Percentual/média</b>	<b>23% (4/17)</b>	<b>2,13</b>
	SA1	Não	1,60
	SA2	Culpabilizou	1,86
	SA3	Culpabilizou	2,93
	SA4	Não	1,60
	SA5	Não	2,26
	SA6	Não	2,63
	SA7	Culpabilizou	3,06
	SA8	Não	1,93
	<b>Percentual/média</b>	<b>37% (3/8)</b>	<b>2,23</b>

Ao comparar os dados que foram coletados pelos dois pesquisadores, observa-se que sete dos 12 (58%) participantes que foram acompanhados pelo experimentador homem (Grupo H) atribuíram responsabilidade à vítima nas vinhetas, enquanto três dos 17 participantes (23%) que foram acompanhados pela pesquisadora mulher em São Carlos (Grupo M) e três dos oito (37%) em Salvador (Grupo M-SA) atribuíram esta responsabilidade. No entanto, não foi observada diferença entre os escores na AMMSA a partir do gênero pesquisador. O escore médio do Grupo H foi 2,08, enquanto o do Grupo M foi 2,13 e o do Grupo M-SA foi 2,23. Por meio de um teste de Mann-Whitney, foi identificado que essa diferença entre os escores dos grupos H e M não foi estatisticamente significativa ( $U=101, p > 0,05$ ). Foram comparados ainda os escores entre esses grupos em cada um dos itens relacionados a culpabilização da vítima (itens 9, 11, 12, 15, 17, 18 e 20), por meio de uma série de testes de Mann-Whitney, e não foram encontradas diferenças significativas para nenhum deles (todos os  $ps > 0,05$ ). Não foram feitas análises estatísticas incluindo o Grupo M-SA para verificar possíveis diferenças a partir do gênero do pesquisador, devido à região

do país e tipo de instituição de ensino superior (privada) onde essas coletas foram realizadas ser uma provável variável interveniente, de acordo com os resultados encontrados no Estudo 1.

Quatorze dos 37 participantes atribuíram responsabilidade a pelo menos uma das mulheres das histórias de estupro velado na fase de pré-teste, sendo alocados no Grupo C. Este grupo apresentou um escore médio de 2,56 pontos na AMMSA, enquanto o Grupo NC apresentou um escore médio de 1,88 pontos na AMMSA. Por meio de um teste de Kruskal-Wallis, identificou-se efeitos estatisticamente significativos nas comparações entre esses grupos ( $KW = 13,28, p < 0,01$ ). A partir de um pós-teste de comparações múltiplas de Dunn, foi confirmada uma diferença estatisticamente significativa entre os escores dos grupos C e NC ( $p < 0,01$ ).

Dos 14 participantes do Grupo C, onze fizeram os treinos e testes de discriminações condicionais no MTS III, isto é, o procedimento experimental, sendo que o participante SC24 não compareceu ao segundo dia de coleta. Dessa forma, 10 participantes completaram todo o procedimento (Grupo Cp). Os outros três participantes do Grupo C não foram submetidos ao MTS por ter sido identificado no Formulário de familiaridade que eles conheciam 8 ou mais nomes de pelo menos um dos gêneros. Estes participantes, no entanto, responderam aos pós-teste novamente no segundo dia de coleta, de forma que seus dados podem, em alguma medida, ser entendidos como controle (Grupo Cc). A Tabela 3 mostra os desempenhos dos participantes ao longo das fases de treinos e de testes.

Tabela 3.  
Desempenho dos participantes no procedimento de emparelhamento com o modelo

Participante	Dia 1						Dia 2			
	Treino AB	Teste BA	Treino BC	Teste CB	Treino Misto ABBC	Revisão da LB	Treino Misto ABBC	Revisão da LB	Teste AC	Teste AC3
SC4	9 (12-12)	1 (12)	2 (12-12)	1 (11)	2 (23)	1 (22)	1 (24)	1 (24)	24-23	24
SC11	2 (12-12)	1 (12)	2 (12-12)	1 (12)	1 (24)	1 (24)	1 (24)	1 (24)	23-24	18
SC12	2 (12-12)	2 (11)	2 (11-12)	1 (12)	1 (24)	1 (23)	1 (24)	1 (24)	24-24	24
SC19	22 (11-12)	1 (12)	5 (12-12)	2 (12)	1 (24)	1 (24)	1 (24)	1 (24)	24-24	24
SC21	3 (12-12)	1 (12)	5 (11-12)	2 (12)	1 (24)	1 (24)	2 (23)	1 (24)	24-24	23
SC23	3 (12-12)	1 (12)	2 (11-12)	1 (12)	1 (24)	1 (24)	1 (24)	1 (24)	24-24	24
SC24	2 (11-12)	1 (12)	2 (11-12)	1 (12)	1 (24)	1 (24)	-	-	-	-
SC27*	3 (11-12)	1 (12)	12 (12-12)	4 (4)	-	-	6 (23)	1 (23)	7-X	20
SC28	3 (11-12)	1 (12)	2 (11-12)	1 (12)	1 (24)	1 (24)	2 (22)	1 (23)	19-X	24
SC29	2 (11-12)	1 (12)	3 (12-12)	1 (12)	1 (24)	1 (24)	1 (24)	1 (24)	24-24	24
SA3	7 (12-11)	1 (12)	2 (11-12)	1 (12)	1 (23)	1 (24)	1 (24)	1 (24)	24-24	21

*Nota.* O primeiro valor de cada célula representa o número de blocos necessários para atingir o critério de aprendizagem, e os valores entre parênteses representam o número de acertos obtidos no último ou dois últimos blocos. LB= linha de base. Devido a um erro na programação, os participantes que não atingiram o critério no primeiro bloco do teste AC, SC27 e SC28, não fizeram o segundo bloco. O software foi interrompido no primeiro dia de coleta do SC27, após o participante ter repetido o bloco de Teste CB quatro vezes. Dessa forma, o participante não passou pelo Treino Misto, nem pela Revisão da LB nesse dia.

Oito dos 10 participantes formaram as classes de equivalência, uma vez que atingiram o critério de pelo menos 22 acertos nos blocos de testes das relações AC e CA. O participante SC27 acertou apenas 7 das 24 tentativas, sendo 6 dos seus acertos a escolha da pseudopalavra C1 diante do estímulo modelo “responsável” (A1) e o sétimo acerto a escolha do nome da mulher diante da palavra “vítima”, o que não aconteceu nas outras cinco tentativas que esta palavra apareceu como modelo. Já o SC28 acertou 19 das 24 tentativas, sendo que seus cinco erros foram ter escolhido a palavra “vítima” (A2) diante de C1 (pseudopalavra). Dessa forma, o participante relacionou corretamente as palavras “vítima” e o nome da mulher nas tentativas desse tipo, mas não atingiu o critério geral. Já no teste de equivalência modificado, sete dos 10 participantes atingiram o critério, ou seja, continuaram relacionando o nome da mulher à palavra “vítima” e também relacionaram o nome do homem à palavra “responsável”. Os três participantes que não atingiram o critério foram o SC11, o SC27 e o SA3, com 18, 20 e 21 acertos, respectivamente. O SC11, em tentativas em que apareceu o nome do homem como modelo, selecionou a pseudopalavra distratora dentre os estímulos de comparação, de forma que não atingiu o critério no bloco de testes AC3. Já o SC27, nas três primeiras tentativas em que apareceu a palavra “responsável”, escolheu o nome da mulher, enquanto nas três últimas tentativas desse tipo, escolheu o nome do homem. Além disso, em uma das tentativas em que a palavra vítima apareceu como modelo, esse participante escolheu o nome do homem. Por fim, o SA3, nas três primeiras tentativas em que apareceu a palavra “responsável” como modelo, escolheu a pseudopalavra distratora, enquanto nas últimas três tentativas desse tipo escolheu o nome do homem, de forma que cometeu um erro a mais do que era estabelecido pelo critério.

Na etapa dos pós-testes, verificou-se que, ao responder novamente às Escalas de Responsabilidade, seis dos 10 participantes (SC4, SC12, SC21, SC23, SC29 e SA3) que

fizeram o procedimento experimental deixaram de culpabilizar a vítima da vinheta cujo nome esteve presente no procedimento de emparelhamento com o modelo. Desses seis, um participante (SC4) deixou de culpabilizar também a mulher de outra vinheta, enquanto outros dois participantes (SC21 e SC29) passaram a culpabilizar a mulher em uma vinheta em que não tinham culpabilizado antes. Estes resultados estão demonstrados na Tabela 4.

Quanto às respostas à AMMSA, os mesmos seis participantes, juntamente com o SC27, apresentaram uma diminuição de ao menos 0,26 ponto nos seus escores, ou seja, passaram a discordar mais dos mitos sobre estupro. Dentre os outros três participantes, dois mantiveram<sup>5</sup>(SC19 e SC28) e outro aumentou (SC11) seu escore na AMMSA. Estes resultados estão apresentados na Tabela 5. Observando as diferenças dos valores, entre os escores dos participantes no pré e pós-teste nesse instrumento, por meio de um teste de Grubb, foi identificado o participante SC11 como um *outlier*, isto é, um caso atípico significativo ( $Z = 1,8184$ ). Por esse motivo, foi realizado um teste de Wilcoxon comparando esses escores sem incluir este participante e foi observado uma diferença significativa entre esses valores ( $W = -53, p < 0,01$ ). Isso aponta que, com exceção do P11, houve uma diminuição significativa do grau de concordância dos participantes do grupo C com os mitos sobre estupro após o procedimento experimental. Dentre os três participantes que não participaram do procedimento experimental, dois (SC14 e SA2) não apresentaram mudanças em suas respostas em nenhum dos dois instrumentos, na comparação pré e pós-teste, enquanto o terceiro (SA7) manteve suas respostas nas vinhetas, mas apresentou um aumento no escore da AMMSA.

<sup>5</sup> Mudanças de até 0,1 ponto foram consideradas manutenção do escore.

Tabela 4.  
Culpabilização por vinheta no pré e no pós teste

	Participante	Pré-teste				Pós-teste			
		Vinh1	Vinh3	Vinh5	Vinh6	Vinh1	Vinh3	Vinh5	Vinh6
Exp. Mulher	SC4	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>
	SC12	<b>Sim</b>				<b>Não</b>			
	SC19	<b>Sim</b>				<b>Sim</b>			
	SA3	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>		<b>Não</b>		<b>Sim</b>	
	Total	4	0	2	1	1	0	2	0
Exp. Homem	SC11	<b>Sim</b>				<b>Sim</b>			
	SC21	<b>Sim</b>				<b>Não</b>	<b>Sim</b>		
	SC23	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	<b>Sim</b>	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>
	SC27	<b>Sim</b>				<b>Sim</b>			
	SC28	<b>Sim</b>				<b>Sim</b>			
	SC29			<b>Sim</b>		<b>Sim</b>		<b>Não</b>	
	Total	5	0	2	1	5	1	1	0
Sem MTS	SC14		<i>Sim</i>		<i>Sim</i>		<i>Sim</i>		<i>Sim</i>
	SA2	<i>Sim</i>		<i>Sim</i>		<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
	SA7	<i>Sim</i>		<i>Sim</i>		<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
	SC24			<i>Sim</i>		-	-	-	-

Nota. As informações em negrito indicam a vinheta cujos nomes estavam presentes no MTS. As informações em itálico indicam os participantes que não participaram do procedimento experimental. O P24 não respondeu o pós-teste.

Tabela 5.  
Scores da AMMSA dos participantes do Grupo C

Participante	Pré-teste	Pós-teste	Diferença
SC4	2,73	2,36	Diminuiu
SC11	2,03	2,93	Aumentou
SC12	2,70	1,76	Diminuiu
SC19	2,13	2,06	Manteve
SC21	2,36	2,10	Diminuiu
SC23	2,16	1,76	Diminuiu
SC27	2,63	2,26	Diminuiu
SC28	3,33	3,36	Manteve
SC29	3,13	2,86	Diminuiu
SA3	2,93	2,50	Diminuiu
SC14	2,90	2,80	Manteve
SC24	1,86	-	-
SA2	1,86	1,76	Manteve
SA7	3,06	3,46	Aumentou

Nota. As informações em itálico indicam os participantes que não participaram do procedimento experimental.

Os dados dos participantes relativos às coletas de dados empregando o IRAP foram analisados de duas maneiras distintas: tanto no modelo tradicional de avaliação dos resultados deste procedimento utilizando as medidas do D-Escore do IRAP, como também seguindo uma proposta recentemente apresentada, o Índice Probabilístico do IRAP (De Schryver et al., 2018). O Índice Probabilístico é uma proposta alternativa, que verifica em uma matriz comparativa as latências (sem restrições) e apresenta um índice probabilístico das tentativas que foram coerentes com determinada relação, considerando os estímulos empregados. Com o intuito de diminuir a quantidade de dados apresentados nessa discussão, parte das análises estatísticas utilizando o D-Escore se encontram no Anexo 4.

Nove participantes do Grupo NC (SC1, SC9, SC10, SC16, SC22, SC25, SC26, SA1 e SA4) não completaram as duas aplicações do IRAP e por isso foram excluídos desta análise. Uma análise dos escores D-IRAP, comparando os dados dos participantes do Grupo NC, utilizando o Teste de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis mostrou não haver diferenças significativas entre os desempenhos dos participantes na primeira e na segunda aplicação do IRAP em nenhum dos quatro tipos de tentativa. No entanto, as análises separadas dos quatro tipos de tentativas de ambos os IRAPs (primeira e segunda aplicação) indicaram que na primeira aplicação nenhum tipo de tentativa apresentou efeito, enquanto na segunda aplicação, houve efeito em um dos tipos de tentativa, a tentativa 4, mas não houve para as outras. A tentativa 4 se referia a culpabilização da vítima de estupro não-estereotípico, isto é, combinava características do chamado estupro velado com o rótulo “responsável”. Dessa forma, as duas aplicações do IRAP indicam resultados diferentes, quando comparamos a significância individual das tentativas.

A Tabela 6 mostra os Índices Probabilísticos da primeira e segunda aplicação do IRAP dos participantes do Grupo NC. De acordo com o critério estabelecido, 3 dos 13 participantes culpabilizaram, na primeira aplicação, a mulher que sofreu estupro velado, ou seja, responderam mais rápido que essa mulher era responsável pela violência que sofreu do que responderam que ela era vítima, em pelo menos 60% das tentativas. Já na segunda aplicação, 7 dos 13 participantes apresentaram esse viés de culpabilização. Apesar da diferença no número de participantes que culpabilizaram a vítima, ao realizarmos um teste Kruskal-Wallis, considerando a tentativa 4, não foram observadas diferenças estatísticas entre pré e pós ( $p > 0,05$ ). Adicionalmente, foi realizada uma série de testes t com cada um dos conjuntos de PI-IRAPs, para cada tipo de tentativa e se pré ou pós. Foi observado que no pré-teste, apenas o tipo de tentativa 4 diferiu estatisticamente de 0,5, o ponto neutro ( $t = 2,200$ ,  $df = 13$ ,  $p < 0,05$ ). Na segunda aplicação, por outro lado, para as tentativas 1 e 4, foram observados valores estatisticamente diferentes de 0,5 (para T1,  $t = 3,811$   $df = 13$   $p < 0,01$ , para T4,  $t = 3,947$ ,  $df = 13$  e  $p < 0,01$ ).

Tabela 6.  
*Índices probabilísticos nos IRAPs dos participantes do Grupo NC*

Participante	Primeira aplicação				Segunda aplicação			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
SC2	0,72	0,5	0,43	0,55	0,7	0,54	0,37	0,7
SC3	0,45	0,46	0,51	0,48	0,47	0,56	0,63	0,57
SC5	0,47	0,64	0,56	0,54	0,41	0,48	0,48	0,61
SC6	0,42	0,51	0,63	0,66	0,54	0,4	0,56	0,78
SC7	0,56	0,49	0,48	0,63	0,6	0,51	0,37	0,64
SC8	0,41	0,41	0,5	0,57	0,65	0,4	0,74	0,43
SC13	0,47	0,64	0,61	0,46	0,59	0,64	0,65	0,44
SC15	0,55	0,54	0,49	0,52	0,51	0,57	0,53	0,51
SC17	0,51	0,54	0,4	0,54	0,6	0,62	0,45	0,73
SC18	0,58	0,63	0,54	0,56	0,62	0,68	0,66	0,73
SC20	0,55	0,5	0,59	0,75	0,6	0,44	0,47	0,59
SA5	0,60	0,51	0,47	0,49	0,71	0,65	0,52	0,63
SA6	0,54	0,63	0,34	0,42	0,57	0,62	0,54	0,55

*Nota.* As informações realçadas de cinza indicam os dados indicativos de viés, de acordo com o critério estabelecido.

Quatro participantes do Grupo Cp (SC11, SC24, SC27, SA3) não completaram as duas aplicações do IRAP e por isso foram excluídos da análise do escore D-IRAP para este grupo. Uma análise dos escores D-IRAP, comparando os dados dos participantes do Grupo Cp, utilizando o Teste de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis mostrou não haver diferenças significativas entre os desempenhos dos participantes na primeira e na segunda aplicação do IRAP em nenhum dos quatro tipos de tentativa. Contudo, assim como no Grupo NC, as análises separadas dos quatro tipos de tentativas de ambos os IRAPs indicaram que nenhum tipo de tentativa apresentou efeito na primeira aplicação, enquanto na segunda aplicação, houve efeito no tipo de tentativa 4. Novamente, ao compararmos a significância individual das tentativas, encontra-se que as duas aplicações do IRAP indicam resultados diferentes.

A Tabela 7 mostra os Índices Probabilísticos dos IRAPs de pré e de pós-teste dos participantes do Grupo C. De acordo com o critério estabelecido, sete dos oito participantes do Grupo Cp que conseguiram completar a tarefa apresentaram viés de culpabilização no pré-teste (tentativa T4), enquanto seis dos nove participantes desse grupo que conseguiram completar a tarefa no pós-teste apresentaram esse viés. Para as análises estatísticas apresentadas a seguir, foram considerados apenas os dados dos participantes do Grupo Cp que completaram a tarefas nas duas aplicações, com o objetivo de comparar adequadamente os dados do pré e pós-procedimento de ensino. Por meio de uma série de testes t com cada um dos conjuntos de PI-IRAPs, para cada tipo de tentativa e se pré ou pós, foi observado que tanto no pré-teste como no pós-teste, apenas o tipo de tentativa 4 diferiu estatisticamente de 0,5, (no pré,  $t = 10,95$ ,  $df = 6$ ,  $p < 0,0001$ ; no pós,  $t = 3,545$ ,  $df = 6$ ,  $p < 0,05$ ). Um teste de

Kruskal-Wallis apontou que não foram observadas diferenças estatísticas entre pré e pós para nenhum dos tipos de tentativa (todos os  $ps > 0,05$ ).

Tabela 7.  
*Índices probabilísticos nos IRAPs dos participantes do Grupo C*

Participante	Pré-teste				Pós-teste			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
SC4	0,69	0,5	0,42	0,69	0,63	0,41	0,40	0,63
SC11	-	-	-	-	0,56	0,47	0,51	0,53
SC12	0,56	0,45	0,41	0,66	0,64	0,46	0,64	0,79
SC19	0,58	0,53	0,40	0,59	0,78	0,51	0,51	0,46
SC21	0,71	0,54	0,57	0,62	0,72	0,49	0,46	0,59
SC23	0,49	0,52	0,60	0,62	0,59	0,68	0,62	0,64
SC24	0,61	0,40	0,56	0,65	-	-	-	-
SC27	-	-	-	-	-	-	-	-
SC28	0,34	0,29	0,61	0,65	0,30	0,21	0,82	0,81
SC29	0,59	0,69	0,62	0,67	0,68	0,66	0,46	0,74
SA3	-	-	-	-	0,58	0,41	0,50	0,63
<i>SC14</i>	<i>0,54</i>	<i>0,5</i>	<i>0,54</i>	<i>0,53</i>	<i>0,74</i>	<i>0,56</i>	<i>0,66</i>	<i>0,77</i>
<i>SA2</i>	-	-	-	-	<i>0,48</i>	<i>0,54</i>	<i>0,51</i>	<i>0,60</i>
<i>SA7</i>	-	-	-	-	<i>0,65</i>	<i>0,70</i>	<i>0,51</i>	<i>0,57</i>

*Nota.* As informações realçadas de cinza indicam os dados indicativos de viés, de acordo com o critério estabelecido. As informações em itálico indicam os participantes que não participaram do procedimento experimental.

## DISCUSSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi investigar o efeito do ensino de classes de estímulos equivalentes envolvendo nomes de mulheres e a palavra “vítima” sobre o comportamento de culpabilizar vítimas de estupro. Foi verificado que o treino produziu formação de novas classe de equivalência, modificando as classes pré-experimentais para maioria dos participantes. Além disso, esta mudança teve efeito em respostas aos instrumentos de autorrelato, isto é, na Escala de responsabilidade diante da vinheta-alvo e na AMMSA, de forma que a maior parte dos participantes deixou de culpabilizar a vítima e passou a discordar mais dos mitos sobre estupro. Este efeito, no entanto, não foi observado no IRAP.

No procedimento experimental realizado por meio do MTS, oito dos 10 participantes formaram as classes de equivalência e sete atingiram o critério no teste em que o nome do homem foi inserido dentre os estímulos (AC3). Em comparação com os estudos de Moxon et al. (1993) e Watt et al. (1991), houve uma proporção maior de participantes que derivaram as relações a partir do treino. De fato, esses resultados foram levemente menos consistentes dos que os achados de Mizael et al. (2016) no que tange à formação das novas classes de equivalência, a partir dos resultados dos testes AC e CA, e foram muito similares nos testes AC3. Desse modo, a forma como foi organizado o protocolo de ensino (incluindo testes de simetria logo após a aprendizagem das discriminações condicionais e revisão de linha de base), aqui e no estudo de Mizael et al., parece ter facilitado a formação de classes de equivalência com estímulos socialmente relevantes, quando comparamos com os estudos da década de 1990 supracitados.

No pós-teste, seis dos 10 participantes deixaram de culpabilizar a vítima na vinheta com o nome treinado no MTS e sete apresentaram uma diminuição nos seus escores da AMMSA. Houve coerência entre os dados de cada participante nesses dois instrumentos e

no MTS. Com exceção do P19, todos os participantes que atingiram o critério em ambos os testes do MTS, passaram a atribuir total responsabilidade ao homem da vinheta alvo na Escala de Responsabilidade e apresentaram diminuição do escore na AMMSA. Portanto, houve transferência de função da palavra vítima para a mulher da vinheta-alvo.

Uma hipótese do porquê resultados encontrados por Mizael et al. (2016) foram levemente mais consistentes do que os obtidos aqui é a idade dos participantes. Enquanto nesta pesquisa os participantes eram adultos, naquela eram crianças. Como foi discutido no Estudo 1, parece haver uma tendência para preconceitos serem mais comuns em pessoas mais velhas e uma explicação para isso seria uma história de reforçamento do comportamento preconceituoso mais longa. Dessa forma, um procedimento de ensino sobre não-culpabilização da vítima de estupro com adolescentes pode ter mais eficácia do que com jovens adultos.

Com base na literatura sobre cultura do estupro (e.g., Freitas & Morais, 2019), podemos fazer hipóteses de explicações para alguns dos participantes não terem formado as classes, nem mudado suas respostas nos pós-teste. Embora o conceito de cultura do estupro chame a atenção para o fato de todas as pessoas na sociedade serem expostas a práticas culturais que contribuem para a ocorrência de violência sexual, Freitas e Morais apontam que essas práticas podem variar de um ambiente para outro. Nesse sentido, podemos entender que um rapaz que cresceu numa família onde papéis de gênero são claramente demarcados, assiste pornografia regularmente, é muito amigo de homens que beijam mulheres à força em festas, dentre outros contextos similares, de forma a ser exposto a práticas da cultura do estupro em (quase) todos os ambientes que frequenta, provavelmente apresentará comportamentos de culpabilização da vítima mais resistentes a mudança do que alguém que, por exemplo, apesar de exposto a uma mídia televisiva que naturaliza o assédio sexual,

convive em ambientes onde se promove igualdade de gênero. Se pudéssemos olhar para a história de vida dos participantes que não formaram as classes e/ou não mudaram suas respostas nos instrumentos de autorrelato, possivelmente identificaríamos que estes indivíduos se assemelham mais ao primeiro do que ao segundo rapaz.

No Estudo 2, em comparação com o Estudo 1, foi encontrada uma proporção menor de participantes que culpabilizaram alguma das vítimas das vinhetas de estupro. Esse resultado pode ser explicado pelo perfil sociodemográfico dos participantes, majoritariamente estudantes de uma universidade pública da região sudeste, conforme havia sido indicado no Estudo 1 que esta parcela da população tem menor probabilidade de culpar a vítima, quando comparados com estudantes de faculdades privadas da região nordeste. Nas universidades federais parece haver mais espaços de discussão sobre feminismo – por exemplo, nota-se que 40% das publicações de uma das principais revistas feministas brasileiras são advindas de universidades públicas brasileiras, enquanto apenas 10% vem de instituições de ensino superior privadas (Diniz & Foltran, 2004) - o que pode ter influência sobre o comportamento da população universitária de cada tipo de instituição como um todo. Outra possível explicação estaria na modalidade da coleta de dados. Ao comparar um questionário respondido nas modalidades face-a-face e online, um estudo encontrou que em mais de 40% das respostas dadas em frente aos pesquisadores eram significativamente mais socialmente desejáveis do que as que foram dadas online (Heerwegh, 2009). De fato, a influência social sobre o comportamento humano vindo sendo estudada em laboratório há várias décadas pela psicologia e pode ser entendida na análise no comportamento como controle de estímulos (Weatherly, Miller & McDonald, 1999). O contato com os experimentadores durante a coleta de dados, ainda que estes não permanecessem na sala

enquanto os participantes respondiam os instrumentos, pode ter enviesado as respostas dos participantes do Estudo 2 em um sentido de desejabilidade social.

Ainda sobre possíveis influências da presença dos pesquisadores sobre os resultados, foi encontrado no Estudo 2 que houve um maior percentual de participantes atribuindo responsabilidade a vítima quando o experimentador era um homem. Dessa forma, a presença da pesquisadora mulher pode ter inibido respostas de culpabilização nas escalas por parte dos participantes. No entanto, essas diferenças não foram observadas nos escores da AMMSA, embora estes tenham se mostrado positivamente correlacionados com a resposta de culpabilizar no Estudo 1. É possível que, por se tratar de um instrumento longo, composto por diversos itens com conteúdo mais sutil do que uma pergunta direta sobre atribuição de responsabilidade e que foi apresentado após as vinhetas, quando o participante já tinha mais tempo sozinho na sala, as respostas à AMMSA efetivamente não tenham sofrido influência do gênero do pesquisador. De fato, em sua validação em língua inglesa e alemã, esse instrumento se mostrou não-correlacionado com um instrumento de verificação de desejabilidade social (Gerger et al., 2007). No entanto, é importante ressaltar que os participantes de ambos os estudos foram amostras relativamente pequenas, provavelmente não-representativas da população de estudantes universitários brasileiros. Além disso, a análise de dados do Estudo 1 não permitiu isolar as variáveis sociodemográficas apresentadas, isto é, não foi possível identificar isoladamente a influência do tipo de instituição de ensino em relação a faixa etária, por exemplo. Esses dois fatores podem ter enviesado esse e outros resultados dos Estudos 1 e 2, o que poderia ser solucionado com uma amostra ainda mais numerosa que permitisse manter estáveis algumas variáveis investigando o efeito isolado de outra de interesse.

O IRAP foi usado nesta pesquisa com o objetivo de se obter uma medida de pré e pós-teste que não estivesse sujeita a vieses do autorrelato dos participantes. Para tanto, era necessário verificar se este procedimento apresentava confiabilidade teste-reteste. As análises estatísticas (tanto do escore D-IRAP, quanto do PI) apontaram não haver diferenças significativas entre os resultados da primeira e segunda aplicação do IRAP para o Grupo NC, o que indicaria que o procedimento seria adequado para ser utilizado como medida de pré e pós-teste. No entanto, nas análises separadas dos quatro tipos de tentativas, houve diferenças na identificação de viés por tipo de tentativa. Na comparação do efeito de cada tentativa na primeira *versus* segunda aplicação, presume-se que a segunda aplicação se mostrou mais sensível para identificar vieses. Uma possível explicação para isso seria a falta de familiaridade com a tarefa. Em um experimento com participantes que tinham baixa ou alta experiência previa com procedimentos similares ao IRAP, Finn, Barnes-Holmes e McEnteggart (2017) encontraram que o grupo daqueles com mais experiência apresentou maiores escores D-IRAP do que o grupo com menos experiência na tentativa em que ambos os grupos apresentaram mais viés. Dessa forma, pode ser útil, em pesquisas futuras que utilizem o IRAP como medida de pré e pós-teste, que seja feita anteriormente uma aplicação do procedimento com estímulos não-relacionados com aqueles estudados na pesquisa, visando que os participantes aprendam a responder a tarefa e assim os dois IRAPs de interesse experimental permitam uma experiência mais homogênea para os participantes. Outra explicação seria que a diferença na presença de efeito entre as duas aplicações teria se dado por conta de uma especificidade dos estímulos escolhidos para este IRAP. O estímulo-rótulo “responsável pelo ocorrido” não é comumente usado em nossa sociedade para rotular vítimas de estupro, sendo mais comum expressões como “culpada”. Finn et al. (2017) argumentaram que a frequência com que uma palavra é usada tem uma influência no efeito do IRAP, uma

vez que, no momento em que os participantes estão em frente ao computador, durante o procedimento, as tentativas que tem palavras mais frequentes no uso social evocam mais respostas de orientação dos participantes. Nesse sentido, a palavra “culpada”, se estivesse presente no IRAP, provavelmente teria evocado essa resposta e, juntamente com as características de estupro velado, produzido um efeito no tipo de tentativa 4 já na primeira aplicação. Assim, presume-se que os participantes não responderam dessa maneira diante de “responsável pelo ocorrido” na primeira aplicação, porém, ao longo do próprio procedimento, aprenderam que “responsável” era sinônimo de “culpada” naquele contexto e, assim, passaram a apresentar respostas mais rápidas nos blocos consistentes com o estereótipo que haviam aprendido em suas histórias de vida.

A análise dos índices probabilísticos do Grupo NC permitiu a identificação de culpabilização da vítima de estupro velado, tanto a nível individual (por meio do índice bruto), quanto a nível de grupo (por meio da análise estatística), em ambas as aplicações. Isto aponta que mesmo participantes que não atribuíram responsabilidade a nenhuma das vítimas nas Escalas de Responsabilidade, respondem mais rapidamente de maneira afirmativa do que de maneira negativa a relação entre características de um estupro velado e a expressão “responsável pelo ocorrido”. Este resultado está de acordo com a argumentação de Freitas e Morais (2019) de que comportamentos da cultura do estupro, como o de culpabilizar a vítima, podem ter diversas topografias, inclusive encobertas, a depender do contexto. Desde pequenos, somos expostos a práticas culturais que atribuem às mulheres a responsabilidade de evitar que a violência sexual ocorra. Dentre essas práticas, cita-se o ensinamento a meninas de que elas devem usar roupas que cubram o corpo e o questionamento, após a violência, de porque a mulher estava no local do ocorrido. Assim, mesmo quando

aprendemos que é errado culpabilizar a vítima, esse comportamento pode se manter com topografias mais sutis, como se verificou por meio do IRAP.

Quanto aos IRAPs do Grupo C, por meio das análises dos PIs, foi identificada a presença de culpabilização da vítima, tanto a nível individual, como a nível de grupo, no pré-teste. Portanto, o comportamento que havia sido apresentado nas Escalas de Responsabilidade foi confirmado no IRAP. Na análise dos escores D-IRAP não houve efeito na tentativa tipo 4. Isso pode ter ocorrido devido ao pequeno número de participantes que completaram as duas aplicações do procedimento. Uma vez que as análises mais tradicionais do IRAP (D-Score) são análises de grupo, mesmo com a extensa coleta de dados realizada, foram poucos participantes (apenas sete) que atingiram todos os critérios, o que permitiu o uso apenas de análises não paramétricas, e mesmo nessas análises, em caso de grande variabilidade no conjunto de dados, comprometeria a sua precisão. Desse modo, os dados dos PIs parecem ser mais adequados para informar sobre o comportamento do Grupo C. Na comparação entre pré e pós-teste, não foram encontradas diferenças significativas para nenhum dos tipos de tentativa. De fato, a tentativa 4 continuou apresentando efeito. Isso parece apontar que, embora tenha havido mudanças nas respostas de autorrelato da maioria dos participantes, o comportamento de culpabilizar a vítima se manteve de maneira sutil. Dessa forma, após o procedimento de ensino, as respostas do Grupo Cp se assemelharam às respostas do Grupo NC em todas as medidas.

Em suma, o IRAP se mostrou mais uma vez capaz de identificar comportamento relacional preconceituoso, nesse caso em específico, de culpabilizar vítimas de estupro. Mesmo entre participantes que não atribuíram responsabilidade a vítima nas medidas de autorrelato foi identificado esse comportamento no IRAP. É importante ressaltar que apresentar um comportamento relacional não necessariamente implica em agir de acordo com

ele explicitamente no cotidiano (Finn et al., 2017) como seria o caso de reprimir uma vítima de estupro velado, embora possa ter implicações sutilmente discriminatórias, por meio de comportamentos menos perceptíveis, como, por exemplo, dar mais assistência a uma vítima de estupro estereotípico do que a uma vítima de estupro velado. Tanto esses comportamentos explícitos, como os sutis, mas sobretudo os relacionais, são de difícil mudança, devido a longa e ampla história de reforçamento. Os dados e discussões trazidos nesta pesquisa apontam que, apesar da dificuldade, alguma mudança é possível, e podemos investir na investigação de métodos que permitam alcançar transformações culturais.

## CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi investigar o efeito do ensino de classes de estímulos equivalentes envolvendo nomes de mulheres vítimas de estupro e a palavra “vítima” sobre o comportamento de atribuir responsabilidade a estas pela violência sofrida. Para tanto, foram utilizadas histórias fictícias de estupro com o intuito de selecionar participantes que apresentassem esse comportamento, que em seguida passaram por um procedimento de ensino de relações. Foi verificado que o treino produziu formação da classe de equivalência com o nome da mulher e a palavra “vítima”, modificando as classes pré-experimentais para 8 dos dez participantes que fizeram o procedimento de ensino. Além disso, esta mudança teve efeito em respostas à Escala de responsabilidade diante da vinheta-alvo e à AMMSA, de forma que 6 participantes deixaram de culpabilizar a vítima e 7 passaram a discordar mais dos mitos sobre estupro. Este efeito, no entanto, não foi observado no IRAP. Neste procedimento, tanto o grupo de participantes que não culpabilizou alguma das mulheres nas vinhetas, quanto o grupo que culpabilizou apresentaram desempenhos similares.

Esses resultados dão suporte empírico para a argumentação de feministas (e.g., Buchwald et al., 1993; Freitas & Morais, 2019) de que todos os indivíduos na sociedade participam da cultura do estupro, aprendendo e reproduzindo práticas culturais como a de atribuir responsabilidade à vítima, ainda que de uma maneira sutil. Dessa forma, o ensino de classes de equivalência, para a maioria dos participantes, teve o efeito de equiparar, ao menos em laboratório, o comportamento desses ao dos participantes que não culpabilizaram a vítima no pré-teste.

Assim como no estudo de Mizael et al. (2016), a organização utilizada no procedimento de ensino se mostrou útil para produzir mudanças comportamentais, ainda que

possivelmente restritas ao ambiente de laboratório. Dessa forma, justifica-se a continuidade dessa linha de pesquisa. Estudos futuros que utilizem um procedimento similar para investigar culpabilização da vítima podem alcançar mudanças mais amplas se forem feitos com adolescentes.

## REFERÊNCIAS

- Adams, B. J., Fields, L., & Verhave, T. (1993). Effects of test order on intersubject variability during equivalence class formation. *Psychological Record*, 43(1), 133-152.
- Almeida, T. M. C. (2017). Violências contra mulheres nos espaços universitários. In S. Oliveira, C. Portela, E. Silva, C. Stevens, & V. Zanello (Orgs.). *Mulheres e violências: Interseccionalidades* (pp. 384-399). Brasília: Technopolitik.
- Arntzen, E. (2012). Training and testing parameters in formation of stimulus equivalence: Methodological issues. *European Journal of Behavior Analysis*, 13(1), 123-135.
- Bandeira, L. M. (2017). Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. *GÊNERO*, 17(2), 49-79. <https://doi.org/10.22409/rg.v17i2.942>
- Barnes, D., & Roche, B. (1997). Relational frame theory and the experimental analysis of human sexuality. *Applied and Preventive Psychology*, 6(3), 117-135.
- Barnes-Holmes, D.; Barnes-Holmes, Y.; Power, P.; Hayden, E.; Milne, R., & Stewart, I. (2006). Do you know what you really believe? Developing the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) as a direct measure of implicit beliefs. *The Irish Psychologist*, 32(7), 169-177.
- Barnes-Holmes, D., Finn, M., McEntegart, C., & Barnes-Holmes, Y. (2018). Derived stimulus relations and their role in a behavior-analytic account of human language and cognition. *Perspectives on Behavior Science*, 41(1), 155-173.
- Bitencourt, C. R. (2015). Código Penal Comentado. 9ª edição. Editora Saraiva. São Paulo.
- Brasil. (2006). *Lei n. 11340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação

contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)

Bridges, A. J., Wosnitzer, R., Scharrer, E., Sun, C., & Liberman, R. (2010). Aggression and sexual behavior in best-selling pornography videos: A content analysis update. *Violence Against Women, 16*(10), 1065-1085. doi: 10.1177/1077801210382866.

Buchwald, E., Fletcher, P. R. & Roth, M. (Eds.). (2005). *Transforming a rape culture*. Minneapolis: Milkweed Editions. (Trabalho original publicado em 1993)

Datafolha (2016) #APoliciaPrecisaFalarSobreEstupro: Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais.

Data Popular/Instituto Avon. (2015). *Violência contra mulher no ambiente universitário*. Recuperado de [http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon\\_V9\\_FINAL\\_Bx20151.pdf](http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf)

de Rose, J. (2016). A Importância dos Respondentes e das Relações Simbólicas para uma Análise Comportamental da Cultura. *Acta Comportamentalia*. Vol. 24, Núm. 2 pp. 201-220

de Rose, J. C., & Bortoloti, R. (2007). A equivalência de estímulos como modelo de significado. *Acta Comportamentalia, 15*, 83-102.

De Schryver, M., Hussey, I., De Neve, J., Cartwright, A., & Barnes-Holmes, D. (2018). The PIIRAP: An alternative scoring algorithm for the IRAP using a probabilistic semiparametric effect size measure. *Journal of contextual behavioral science, 7*, 97-103.

- Diniz, D., Dios, V. C., Mastrella, M., & Madeiro, A. P. (2014). A verdade do estupro nos serviços de aborto legal no Brasil.
- Diniz, D., & Foltran, P. (2004). Gender and feminist studies in Brazil: an analysis of Revista Estudos Feministas. *Revista Estudos Feministas*, 12(SPE), 245-253.
- Drake, C. E., Seymour, K. H., & Habib, R. (2016). Testing the IRAP: exploring the reliability and fakability of an idiographic approach to interpersonal attitudes. *The Psychological Record*, 66(1), 153-163.
- Federal Bureau of Investigation (2013). Summary Reporting System. Recuperado de <https://ucr.fbi.gov/crime-in-the-u.s/2013/crime-in-the-u.s.-2013/violent-crime/rape> em 11 de agosto de 2017.
- Finn, M., Barnes-Holmes, D., & McEnteggart, C. (2018). Exploring the Single-Trial-Type-Dominance-Effect in the IRAP: Developing a Differential Arbitrarily Applicable Relational Responding Effects (DAARRE) Model. *The Psychological Record*, 68(1), 11-25.
- Freitas, J. C. C. & Morais, A. O. (2019). Cultura do estupro: considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. *Acta Comportamental*. 27(1), 109-126.
- Garotti, M., de Souza, D. G., de Rose, J. C., Molina, R. C., & Gil, M. S. A. (2000). Reorganization of equivalence classes after reversal of baseline relations. *The Psychological Record*, 50(1), 35-48.

- Gerger, H., Kley, H., Bohner, G. & Siebler, F. (2007). The Acceptance of Modern Myths About Sexual Aggression Scale: Development and Validation in German and English. *Aggressive Behavior*. Volume 33, pp. 422–440. DOI: 10.1002/ab.20195.
- Grubb, A. & Harrower, J. (2008). Attribution of blame in cases of rape: An analysis of participant gender, type of rape and perceived similarity to the victim. *Aggression and Violent Behavior*. 13 396–405. doi:10.1016/j.avb.2008.06.006
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001). Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition. *Springer Science & Business Media*.
- Heerwegh, D. (2009). Mode differences between face-to-face and web surveys: an experimental investigation of data quality and social desirability effects. *International Journal of Public Opinion Research*, 21(1), 111-121.
- Heise, L. L., Pitanguy, J., Germain, A., & Correa, S. (1997). Violence against women. The hidden health burden. *Reproductive Health Matters*, (10), 107-16.
- Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada [IPEA] (2014a). Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados de saúde. Nota técnica. Brasília.
- Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada [IPEA] (2014b). Tolerância social à violência contra mulheres. Sistema de Indicadores de Percepção Social.
- Johnson, K. K. P. & Lee, M. (2000) Effects of Clothing and Behavior on Perceptions Concerning an Alleged Date Rape. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, Vol. 28, No. 3, 332-356
- Kahn, A. S. & Mathie, V. A. (1994) Rape Scripts and Rape Acknowledgment. *Psychology of Women Quarterly*, 18, 53-66.

- Kahn, A. S., Jackson, J., Kully, C., Badger, K. & Halvorsen, J. (2003) Calling it rape: Differences in experiences of women who do or do not label their sexual assault as rape. *Psychology of Women Quarterly*, 27, 233-242.
- Layman, M. J., Gidycz, C. A. & Lynn, S. J. (1996) Unacknowledged Versus Acknowledged Rape Victims: Situational Factors and Posttraumatic Stress. *Journal of Abnormal Psychology*. Vol. 105, No. 1, 124-131
- Lei n. 12015, de 7 de agosto de 2009 (2009). Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- Lei n. 11340, de 7 de agosto de 2006 (2006). Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- Weiszflog, W. (2015). *Dicionário Michaelis*. Editora Melhoramentos. Recuperado em 23 de abril, 2019, de <http://michaelis.uol.com.br>.
- Matlin, M. W. (2012). *The Psychology of Women*. (7<sup>th</sup> Edition). Belmont, CA: *Wadsworth, Cengage Learning*.
- Mizael, T. M., de Almeida, J. H., Silveira, C. C., & de Rose, J. C. (2016). Changing racial bias by transfer of functions in equivalence classes. *The Psychological Record*. doi:10.1007/s40732-016-0185-0
- Moxon, P. D., Keenan, M., & Hine, L. (1993). Gender-role stereotyping and stimulus equivalence. *The Psychological Record*, 43(3), 381.
- Mullen, P., Walton, V., Romans-Clarkson, S., & Herbison, G. P. (1988). Impact of sexual and physical abuse on women's mental health. *The Lancet*, 331(8590), 841-845.
- Nucci, G. S. (2017). Código Penal comentado. 17<sup>a</sup> edição. Editora Forense. Rio de Janeiro.
- Papadopoulos, L. (2010). Sexualisation of young people review.
- Raabe, T., & Beelmann, A. (2011). Development of ethnic, racial, and national prejudice in

- childhood and adolescence: A multinational meta-analysis of age differences. *Child development*, 82(6), 1715-1737.
- Roche, B., & Barnes, D. (1996). Arbitrarily applicable relational responding and sexual categorization: A critical test of the derived difference relation. *Psychological Record*, 46, 451- 475.
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4, 12-16. doi: 10.1037/h0100005
- Ryan, K. (1988). Rape and seduction scripts. *Psychology of Women Quarterly*, 12, 237–245. doi:10.1111/j.1471-6402.1988.tb00939.x.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, C. M., & Izumino, W. P. (2014). Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 16(1).
- Sasson, S. & Paul, L. A. (2014). Labeling acts of sexual violence: What roles do assault characteristics, attitudes, and life experiences play? *Behavior and Social Issues*, 23, 35-49. doi: 10.5210/bsi.v.23i0.5215
- Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching-to-sample: An Expansion of the testing paradigm. *Journal of the experimental Analysis of Behavior*, 37, 261-273.
- Sidman, M.; Wilson-Morris, M., & Kirk, B. (1986). Matching-to-sample procedures and the development of equivalence relations: The role of naming. *Analysis and Intervention in Developmental Disabilities*, 6, 1-19.

- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: Free Press.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Vintage Books.
- Stanley, N., Barter, C., Wood, M., Aghtaie, N., Larkins, C., Lanau, A., Överlien, C. (2016). Pornography, sexual coercion and abuse and sexting in young people's intimate relationships: A European study. *Journal of Interpersonal Violence*, March 6, 1-26. doi: [10.1177/0886260516633204](https://doi.org/10.1177/0886260516633204)
- Vidu, A., Valls, R., Puigvert, L., Melgar, P., & Joanpere, M. (2017). Second Order of Sexual Harassment - SOSH. *Multidisciplinary Journal of Educational Research*, 7(1), 1-26. doi:10.17583/remie.2017.2505
- Von Hippel, W., Silver, L. A., & Lynch, M. E. (2000). Stereotyping against your will: The role of inhibitory ability in stereotyping and prejudice among the elderly. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26(5), 523-532.
- Wallace, B. W. (2003). Match to Sample Program III [Computer software]. Worcester: UMass/Eunice Kennedy Shriver Center's Behavioral Sciences Department
- Watt, A., Keenan, M., Barnes, D., & Cairns, E. (1991). Social categorization and stimulus equivalence. *The Psychological Record*, 41(1), 33.
- Whatley, M. A. (1996) Victim Characteristics Influencing Attributions of Responsibility to Rape Victims: A Meta-Analysis. *Aggression and Violent Behavior*, Vol. 1, No. 2, pp. 81-95
- Weatherly, J. N., Miller, K., & McDonald, T. W. (1999). Social influence as stimulus control. *Behavior and Social Issues*, 9(1), 25-45.
- World Health Organization [WHO]. (2002). Sexual violence. In *World report on violence*

*and health.* Geneva: World Health Organization.

## ANEXOS

### Anexo 1:

#### Vinhetas e Escala de atribuição de responsabilidade

A seguir você vai ler 6 histórias que envolvem duas pessoas cada. Para cada história, você será solicitado a indicar o quanto cada uma das partes deve ser responsabilizada pela situação descrita. Assinale o círculo abaixo do número que melhor expressa a sua opinião. O círculo mais à esquerda representa que a responsabilidade foi totalmente de um personagem e o círculo mais à direita representa que a responsabilidade foi totalmente do outro personagem. Os círculos no meio representam pontos-médios. Por exemplo, na primeira história, os pontos na escala têm os seguintes significados:

- 1 – Germano foi totalmente responsável.
- 2 – Germano foi majoritariamente responsável e Taila teve uma pequena parcela de responsabilidade.
- 3 – Germano foi um pouco mais responsável do que Taila.
- 4 – A responsabilidade foi igualmente dividida entre os dois personagens.
- 5 – Taila foi um pouco mais responsável do que Germano.
- 6 – Taila foi majoritariamente responsável e Germano teve uma pequena parcela de responsabilidade.
- 7 – Taila foi totalmente responsável.

Por favor, considere toda a extensão da escala para expressar sua opinião exata. Em seguida, para cada história, explique em poucas palavras porque você indicou aquele ponto na Escala de Responsabilidade.

Taila e Germano haviam se conhecido há alguns meses numa disciplina da faculdade e começaram a sair juntos. Certo dia, após alguns encontros, Taila convidou Germano para ir a sua casa assistir um filme, o que ele prontamente aceitou. Os dois recostaram no sofá, abraçados e, durante o filme, trocaram alguns beijos. Taila começou a deitar seu corpo sobre o de Germano e ele acariciou os seios dela. Os dois passaram algum tempo se beijando e trocando carícias, ofegantes e sorrindo. Em seguida, Germano pegou uma camisinha no bolso, abaixou sua calça e cueca. Ele levantou a saia de Taila e ela disse que ela estava se sentindo insegura e, naquela noite, ela não queria transar com ele. Germano continuou levantando a saia dela, dizendo que ele sabia que ela queria Germano tirou a calcinha dela, colocou o preservativo e a penetrou. Quando terminou, Germano falou para Taila “eu sabia que ia ser gostoso” e foi até a geladeira pegar um pote de sorvete e duas taças.

Indique quem foi responsável pelo acontecimento.

Germano foi  
totalmente  
responsável

--	--	--	--	--	--	--

Taila foi  
totalmente  
responsável

Explique sua resposta em poucas palavras: \_\_\_\_\_

Ana era uma moça de 18 anos, muito dedicada aos estudos, que cursava o último ano do ensino médio e sonhava em ser médica. Ela morava com seus pais num bairro residencial da cidade. Numa noite em que seus pais haviam saído para jantar, Ana estava dormindo quando um homem desconhecido, chamado Lucas, invadiu a sua casa. Ao ver Ana, o homem pulou em cima dela, o que a fez acordar assustada. Ana gritou “saia de cima de mim”, mas o homem tapou a sua boca e disse “se você gritar de novo, eu te mato”. Em seguida, ele começou a arrancar o pijama dela. Ana tentou empurrá-lo, mas o homem segurou seus dois braços e a penetrou. A moça se debatia, tentando, sem sucesso, se desvencilhar do homem. Após alguns minutos, o homem saiu correndo, deixando Ana sozinha.

Indique quem foi responsável pelo acontecimento.

Lucas foi  
totalmente  
responsável

--	--	--	--	--	--	--

Ana foi  
totalmente  
responsável

Explique sua resposta: \_\_\_\_\_

Rita é vendedora numa loja de artigos eróticos e, nas horas vagas, gostava de sair com as amigas. Numa noite, Rita estava numa balada quando encontrou Thiago, um rapaz que morava no mesmo edifício que ela. Os dois costumavam se cumprimentar nos corredores, mas nunca tinham tido uma conversa muito longa. Naquela noite, Rita acenou para ele, enquanto dançava com as amigas. Thiago ficou de longe olhando como ela rebojava, observando seu corpo naquele vestido colado e decotado. Ao final da festa, Thiago viu Rita na porta da boate. Ela estava muito bêbada e ele disse que a levaria em casa. Sentada no banco do carro, Rita nem conseguia falar por conta dos efeitos do álcool. No meio do caminho, Thiago parou o carro e pegou em sua coxa, e disse que gostou de ver o jeito que ela dançava naquela noite. Ele jogou o seu corpo sobre o de Rita, que continuou muda e estática, e a penetrou. Após gozar, Thiago voltou para o banco do motorista e dirigiu até o prédio onde eles moravam. Ele carregou Rita até o apartamento dela, abriu a porta com as chaves que estavam em sua bolsa e a colocou deitada na cama.

Indique quem foi responsável pelo acontecimento.

Thiago foi  
totalmente  
responsável

--	--	--	--	--	--	--

Rita foi  
totalmente  
responsável

Explique sua resposta: \_\_\_\_\_

Laura e Rodrigo eram estudantes universitários que, embora morassem na mesma cidade, nunca tinham se visto. Certa noite, foram a uma festa numa república. Laura estava na fila para comprar uma bebida, quando Rodrigo passou. Os dois trocaram olhares e sorriram um para o outro. Depois de pegar sua bebida, Laura viu Rodrigo novamente num corredor e ele a cumprimentou. Laura se aproximou, trocaram algumas palavras e começaram a se beijar. Os beijos ficaram mais intensos e seus corpos se aproximavam cada vez mais. Depois de algum tempo, Rodrigo perguntou a Laura se ela queria ir para a casa dele, ali perto, e ela respondeu que sim. Chegando lá, os dois voltaram a se beijar intensamente com suas mãos alisando os corpos um do outro. Na cama, Rodrigo tirou a camisa e Laura também começou a tirar a roupa dela enquanto se beijavam. Ele encostou seu corpo nu no corpo dela e esticou o braço para pegar um preservativo na gaveta do criado-mudo. Laura abriu um pouco mais as pernas, de forma a dar espaço para ele chegar mais perto. Rodrigo colocou a camisinha e a penetrou. Ao final, Rodrigo disse a Laura que iria tomar um banho e levantou-se da cama.

Indique quem foi responsável pelo acontecimento.

Rodrigo foi  
totalmente  
responsável

--	--	--	--	--	--	--

Laura foi  
totalmente  
responsável

Explique sua resposta: \_\_\_\_\_

Patrícia e Jaime eram jornalistas e estavam casados há 8 anos e eram vistos como um casal feliz. Numas manhã de domingo, eles tiveram uma discussão que os deixou magoados um com o outro. Por conta disso, Patrícia decidiu passar o dia na casa da irmã. Quando voltou para casa, Jaime havia pedido uma pizza que ambos gostavam e disse à esposa que tinha sido muito ruim ter tido aquela discussão com ela. Ela concordou e eles jantaram juntos e falaram sobre trivialidades. Mais tarde, quando deitaram na cama, Jaime se aproximou de Patrícia, tentando beijá-la. Patrícia virou o rosto, se afastando do marido. Jaime disse que queria que eles ficassem bem, puxando o corpo de Patrícia para perto dele. Patrícia tentou tirar as mãos do marido de sua cintura, mas ele insistiu e a segurou com mais firmeza. Ele disse que a amava e que eles nunca mais iam brigar, deitando sobre ela, e a penetrou. Depois de algum tempo, Jaime deitou ao lado da esposa e adormeceu, com os braços envolta dela.

Indique quem foi responsável pelo acontecimento.

Jaime foi  
totalmente  
responsável

--	--	--	--	--	--	--

Patrícia foi  
totalmente  
responsável

Explique sua resposta: \_\_\_\_\_

Selma era manicure e malhava numa academia a algumas quadras de sua casa, num bairro da periferia. Era uma quinta-feira de verão, às 22h, quando Selma estava saindo do treino. Ela vestia um top rosa choque e shorts com os dizeres “gata da academia” na parte de trás, além de um par de tênis que combinava com sua roupa. Passando por uma rua escura, um homem desconhecido chamado Vitor se aproximou por trás dela e disse “vire na próxima rua à direita que eu vou te comer todinha”. Coincidentemente, aquela era a rua em que Selma morava. Ela ficou pálida, seus olhos se arregalaram e ela acelerou o passo, em direção a sua casa. Vitor também virou a esquina, alcançando Selma e colocando-a entre o corpo dele e o muro. Selma ficou imóvel. Vitor abaixou as roupas de ambos e a penetrou. Logo após, alguém abriu o portão de uma casa próxima, aparecendo na rua. Vitor se afastou de Selma e correu para a direção oposta à casa.

Indique quem foi responsável pelo acontecimento.

Vitor foi  
totalmente  
responsável

--	--	--	--	--	--	--

Selma foi  
totalmente  
responsável

Explique sua resposta: \_\_\_\_\_

## Anexo 2:

### Instrução e Itens da Escala AMMSA

Você será apresentado a uma série de frases e solicitado a indicar o quanto você concorda ou discorda com cada uma delas. Estamos interessados apenas na sua opinião pessoal. Por favor, leia cada frase atentamente e então assinale o número de 1 a 7 que melhor representa a sua opinião. Os pontos na escala têm os seguintes significados: 1= discordo totalmente; 2 = discordo; 3 = discordo parcialmente; 4 = neutro; 5 = concordo parcialmente; 6 = concordo; 7 = concordo totalmente. Por favor, considere toda a extensão da escala para expressar sua opinião exata.

Quando se trata de contato sexual, as mulheres esperam que os homens tomem a iniciativa.

No momento em que um homem e uma mulher começam a “dar uns amassos”, as inseguranças da mulher sobre sexo vão sumir automaticamente.

Uma grande quantidade de mulheres reclama muito sobre abusos sexuais sem razão alguma, apenas para parecerem politizadas.

Para conseguir a guarda de seus filhos, mulheres frequentemente acusam falsamente seus ex-maridos de terem uma tendência à violência sexual.

Interpretar gestos inofensivos como “assédio sexual” é uma arma frequente na guerra dos sexos

É uma necessidade biológica para o homem aliviar a pressão sexual de tempos em tempos

Hoje em dia, mulheres recebem amplo suporte após um estupro.

Atualmente, uma grande proporção de estupros é parcialmente causada pela representação da sexualidade na mídia, uma vez que ela aumenta o desejo sexual de potenciais agressores.

Se uma mulher convida um homem para tomar um café na casa dela depois de uma saída à noite, isso significa que ela quer transar

Até um certo limite, cantadas e investidas significam simplesmente que a mulher é atraente

Qualquer mulher que for descuidada o suficiente para andar em uma rua deserta à noite é parcialmente culpada se for estuprada.

Quando uma mulher começa uma relação com um homem, ela deve estar ciente que o homem irá exigir o direito de ter relações sexuais.

A maioria das mulheres prefere ser elogiada por sua aparência do que por sua inteligência.

Por causa do interesse causado pelo sexo ser desproporcionalmente grande, a sensibilidade de nossa sociedade para crimes nessa área é também desproporcional.

Mulheres gostam de se “fazer de difícil”. Isto não significa que elas não querem sexo.

Muitas mulheres tendem a exagerar sobre o problema da violência masculina.

Quando um homem tenta insistentemente persuadir sua parceira para transar com ele, isto não pode ser chamado estupro.

Quando uma mulher solteira convida um homem solteiro para apartamento dela, ela sinaliza que não está contrária a ideia de transar.

A principal razão para políticos abordarem a questão do estupro é por ser um tópico provável de atrair a atenção da mídia.

Ao buscar definir “estupro conjugal”, não existe uma distinção clara entre relação sexual conjugal normal e estupro.

A sexualidade de um homem funciona como uma chaleira, quando a pressão aumenta ele tem que “liberar o vapor”.

Mulheres frequentemente acusam seus maridos de estupro conjugal, apenas para revidar um relacionamento ter fracassado.

A discussão sobre assédio sexual no trabalho resulta principalmente da má interpretação de comportamentos inofensivos como sendo assédio.

Em um encontro, a expectativa comum é que a mulher “puxe o freio” e o homem “pise no acelerador”.

Apesar das vítimas de assalto a mão armada temerem por suas vidas, elas recebem bem menos apoio psicológico do que vítimas de estupro.

O álcool é frequentemente o culpado quando um homem estupra uma mulher.

Muitas mulheres tendem a interpretar erroneamente um gesto bem-intencionado como “abuso sexual”.

Atualmente, a vítima de violência sexual recebe ajuda o suficiente com abrigos para mulheres, oferta de terapia e grupos de apoio.

Ao invés de se preocupar com quem alega ter sido vítima de violência sexual, a sociedade deveria tratar de problemas mais urgentes, como a destruição do meio ambiente.

Hoje em dia, homens que realmente agridem sexualmente uma mulher são punidos de maneira justa.

### Anexo 3:

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada “O efeito da reorganização de classes de equivalência sobre atitudes sociais”. Este termo de consentimento tem por finalidade esclarecer alguns aspectos sobre a pesquisa da qual você poderá participar:

O objetivo do estudo é investigar sobre processos envolvidos nas atitudes sociais, englobando temáticas como sexualidade, papéis sexuais e violência sexual. É importante enfatizar que tal atividade não pressupõe nenhum tipo de conhecimento específico e não consiste em nenhuma forma de avaliação ou teste de inteligência ou de personalidade. Os participantes poderão entrar em contato com a pesquisadora para obter qualquer tipo de esclarecimento sobre a pesquisa. Você poderá se recusar a participar, assim como poderá desistir de participar em qualquer fase da pesquisa, de forma a retirar o seu consentimento sem penalização alguma.

Neste estudo, as tarefas foram realizada diante do computador. Algumas tarefas se constituem de responder a questões e outras de visualizar palavras e clicar sobre elas. As informações específicas sobre as tarefas foram fornecidas pelo computador. A coleta de dados foi realizada no Laboratório de Estudos do Comportamento Humano. As sessões foram realizadas em horário combinado entre o participante voluntário e a pesquisadora não implicando em qualquer despesa para os participantes. Em caso de haver alguma despesa você, como com transporte e alimentação decorrente da participação na pesquisa, esta despesa foi ressarcida em dinheiro pela pesquisadora no dia da coleta. Diante de eventuais danos, de qualquer tipo, decorrentes da pesquisa, você terá direito a indenização mediante comprovação do ocorrido. Não houve lucro financeiro decorrente da pesquisa. A duração de cada sessão levará aproximadamente 50 minutos, podendo ser necessário que o participante compareça a até duas sessões. Há o risco de desconforto durante a realização da tarefa, devido à apresentação de frases e histórias envolvendo sexualidade e/ou violência sexual poderem causar vergonha, constrangimento, nojo, repulsa, raiva, tristeza e/ou algum outro mal-estar no participante. Há ainda risco de cansaço. A pesquisadora irá monitorar constantemente o comportamento dos participantes e caso seja constatado desconforto ou cansaço, o participante poderá optar pela interrupção da atividade, sem qualquer prejuízo.

Os dados obtidos na pesquisa foram relatados na Dissertação de Mestrado de Júlia Castro de Carvalho Freitas, em co-autoria com João Henrique de Almeida, sob orientação do Prof. Dr. Julio César Coelho de Rose. A análise de dados foi realizada sem qualquer

identificação nominal dos participantes. Independentemente dos resultados, os dados obtidos foram publicados preservando a identidade dos participantes. Solicitamos sigilo sobre o que você fará no estudo.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre a sua participação, agora ou a qualquer momento.

---

Júlia Castro de Carvalho Freitas  
Mestranda em Psicologia

Contato com a pesquisadora: (71) 99959-2283 – Júlia  
Laboratório de Estudos do Comportamento Humano – LECH  
Departamento de Psicologia  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Eu, \_\_\_\_\_ declaro que estou ciente dos objetivos, riscos e benefícios desta investigação e me proponho a participar como voluntário na pesquisa.

A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, Localizada na rodovia Washington Luiz, Km. 235 – Caixa Postal 676 – Cep 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil. Fone (16) 3351-8100. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

São Carlos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

#### Anexo 4:

##### Análises dos Escores D-IRAP

Uma análise dos escores D-IRAP, comparando os dados dos participantes do Grupo NC, utilizando o Teste de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis mostrou não haver diferenças significativas entre os desempenhos dos participantes na primeira e na segunda aplicação do IRAP em nenhum dos quatro tipos de tentativa (todos os  $ps > 0,05$ ). No entanto, as análises separadas dos quatro tipos de tentativas de ambos os IRAPs (primeira e segunda aplicação)

indicaram que na primeira aplicação nenhum tipo de tentativa apresentou efeito (para T1,  $t = 1,384$ , para T2,  $t = 1,384$ , para T3,  $t = 1,2827$ , para T4,  $t = 1,442$ , todos os  $df = 13$ , todos os  $ps > 0,05$ ), enquanto na segunda aplicação, houve efeito em um dos tipos de tentativa (a tentativa 4, que num bloco consistente combinava características do chamado estupro velado com o rótulo “responsável”,  $t = 2,590$ ,  $df = 13$ ,  $p < 0,05$ ), mas não houve para as outras (para T1,  $t = 1,1711$ , para T2,  $t = 1,394$ , para T3,  $t = 2,159$ , todos os  $df = 13$ , todos os  $ps > 0,05$ ).

Uma análise dos escores D-IRAP, comparando os dados dos participantes do Grupo Cp, utilizando o Teste de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis mostrou não haver diferenças significativas entre os desempenhos dos participantes na primeira e na segunda aplicação do IRAP em nenhum dos quatro tipos de tentativa (todos os  $ps > 0,05$ ). Contudo, assim como no Grupo NC, as análises separadas dos quatro tipos de tentativas de ambos os IRAPs indicaram que nenhum tipo de tentativa apresentou efeito na primeira aplicação (para T1,  $t = 2,054$ , para T2,  $t = 0,4671$ , para T3,  $t = 0,4890$ , para T4,  $t = t = 2,307$ , todos os  $df = 6$ , todos os  $ps > 0,05$ ), enquanto na segunda aplicação, houve efeito no tipo de tentativa 4 ( $t = 2,307$ ,  $df = 6$ ,  $p < 0,05$ ), sem que houvesse para as outras (para T1,  $t = 1,933$ , para T2,  $t = 0,7500$ , para T3,  $t = 0,5725$ , todos os  $df = 6$ , todos os  $ps > 0,05$ ).